

Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a proposta da Administração da CSN Mineração S.A. (“Companhia”) acerca das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 16 de abril de 2026, às 11h, sob a forma exclusivamente digital (“Assembleia”), nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I, e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81/22”), que irá deliberar sobre as seguintes matérias:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

Propomos que os acionistas da Companhia analisem as contas dos administradores e aprovem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras”), conforme divulgados em 11 de março de 2026, nos websites de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.csnmineracao.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), e publicados no jornal Folha de São Paulo, versões impressa e digital, em 16 de março de 2026, nos termos do §3º do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976.

Esclarecemos, por oportuno, que as Demonstrações Financeiras preparadas pela Diretoria foram consideradas adequadas pelos auditores independentes e pelo Comitê de Auditoria, conforme Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria constantes das Demonstrações Financeiras Padronizadas, aprovadas pelo Conselho de Administração em Reunião realizada em 11 de março de 2026, cuja ata foi disponibilizada nos websites de Relações com Investidores da Companhia, da CVM e da B3.

Por fim, conforme previsto no artigo 10, inciso III, da RCVM 81/22, a Companhia informa aos acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme item 2 do Formulário de Referência, constituem o Anexo I desta Proposta da Administração.

2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

Propomos que o resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 1.649.647.103,96 (um bilhão, seiscentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e três reais e noventa e seis centavos) tenha a seguinte destinação:

(i) R\$ 2.277.606,25 (dois milhões, duzentos e setenta e sete mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos) para reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76;

(ii) R\$ 259.712.043,31 (duzentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e doze mil, quarenta e três reais e trinta e um centavos) para a reserva estatutária de investimentos; e

(iii) R\$ 1.387.657.454,40 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) a título de dividendos, sendo R\$ 411.842.374,43 (quatrocentos e onze milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos) a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 975.815.079,97 (novecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quinze mil, setenta e nove reais e noventa e sete centavos) a título de dividendos adicionais, dos quais (c.1) R\$ 455.063.418,32 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, sessenta e três mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta e dois centavos) já foram pagos aos acionistas a título de antecipação de dividendos; (c.2) R\$ 163.997.890,18 (cento e sessenta e três milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa reais e dezoito centavos) a serem pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme aprovado a título de pagamento de juros sobre capital próprio na reunião do Conselho de Administração de 26 de dezembro de 2025; e (c.3) R\$ 768.596.145,90 (setecentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa centavos) a ser deliberado pelos acionistas reunidos em AGOE para pagamento até 31 de dezembro de 2026.

Com a entrada em vigor da Lei nº 15.270/2025, os dividendos previstos no item (c.3) acima passam a estar sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte: (i) à alíquota de 10% (dez por cento), para acionistas pessoa física domiciliados no Brasil que tenham a receber, no mesmo mês, valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do art. 6º-A da Lei nº 9.250/1995; e (ii) à alíquota de 10% (dez por cento), para acionistas não residentes no Brasil, conforme art. 10, §4º, da Lei nº 9.249/1995.

As informações detalhadas sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, se encontram no **Anexo II** deste documento.

3. Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2026.

A Administração da Companhia propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, no montante de até R\$ 36.744.034,17 (trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trinta e quatro reais e dezessete centavos).

Adicionalmente, para fins de melhor compreensão, segue abaixo quadro comparativo entre (i) a remuneração efetivamente reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a remuneração máxima aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 16 de abril de 2025 para o exercício de 2025; e (iii) a remuneração proposta para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026:

Órgão	REMUNERAÇÃO EFETIVA EM 31/12/2025	REMUNERAÇÃO APROVADA PARA 31/12/2025	REMUNERAÇÃO PROPOSTA PARA 31/12/2026
Conselho de Administração	R\$ 972.000,00	R\$ 3.714.432,00	R\$ 3.886.410,20
Diretoria	R\$ 10.500.941,72	R\$ 31.403.635,64	R\$ 32.857.623,97
Total Global	R\$ 11.472.941,72	R\$ 35.118.067,64	R\$ 36.744.034,17

Por fim, em observância ao disposto no artigo 13 da RCVM 81/22, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações do item 8 do Formulário de Referência no **Anexo III** desta Proposta da Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Deliberar sobre a eleição de um membro do Conselho de Administração, nos termos do parágrafo único do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia.

Em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, em razão da renúncia apresentada por membro do Conselho de Administração, a Administração propõe a eleição da Sra. Victoria Steinbruch, para preenchimento da vaga existente no Conselho de Administração da Companhia.

O conselheiro será eleito para o prazo de mandato remanescente até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, nos termos do artigo 150, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

Esclarecemos que, nos termos do art. 11 da RCVM 81/22, as informações referentes ao candidato indicado para ocupar o cargo vacante de membro do Conselho de Administração da Companhia, encontram-se detalhadas no **Anexo IV** desta Proposta.

Por fim, a Administração informa que a participação dos Acionistas na AGOE poderá ser por si, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de Boletim de Voto a Distância, nos termos da RCVM 81/22, conforme alterada e de acordo com as instruções contidas no Manual para Participação na Assembleia.

16 de março de 2026.

Administração
CSN Mineração S.A.

ANEXO I

Comentários dos Diretores

(conforme item 2 do Anexo C da RCVM 80/22)

Data-Base: 31.12.2025

2 – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é parte de um grupo industrial diversificado que atua por meio de unidades de negócios que se integram e complementam, criando sinergias e integração vertical e horizontal nas suas cadeias de atuação industrial ("Grupo CSN"). As principais atividades da Companhia se concentram na exploração e comercialização de minério de ferro, integrados por meio de ativos de logística como participações em ativos ferroviários e portuários. A elevada qualidade dos ativos e produtos, associada à forte gestão de custos e integração de unidades produtivas no Brasil e exterior, permitem a geração de valor superior aos concorrentes setoriais e reduzem a volatilidade dos seus resultados.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia disponíveis no site de relações com investidores (ri.csnmineracao.com.br).

A Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implementação de seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Os diretores da Companhia revisam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento, como demonstrado nas tabelas a seguir.

Para maiores detalhes sobre a estrutura de dívida da Companhia, verificar no item 2.1, alínea (c), assim como maiores informações sobre taxas de juros podem ser encontradas no item 2.2, alínea (c), deste Formulário de Referência.

(Em R\$ Milhão)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Balancos Patrimoniais			
Patrimônio Líquido	6.681	10.269	10.699
Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	8.872	15.186	9.796
Títulos e valores imobiliários ⁽²⁾	18	14	12
Empréstimos e Financiamentos ⁽³⁾	9.246	10.129	8.179

(1) Caixa e equivalentes de caixa compreendem contas correntes e aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em *Time Deposit* e automáticas primordialmente em bancos considerados pela administração como de primeira linha com liquidez imediata.

(2) Títulos e valores mobiliários compreendem aplicações em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos, de curto prazo.

(3) Empréstimos e financiamentos correspondem ao somatório dos saldos circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, e compreendem empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, veja itens 2.1, alínea (f), itens (i) a (iv) desta Proposta de Administração.

(Em R\$ Milhão)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Demonstração dos resultados			
Receita Líquida	18.025	16.496	18.880
Lucro Bruto	8.175	8.471	9.041
Margem Bruta (%) ⁽¹⁾	45%	51%	48%
Lucro/(Prejuízo) do exercício	1.649	4.528	3.569

(1) A Margem Bruta da tabela acima corresponde ao resultado da divisão do lucro bruto pela receita líquida.

A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, excluindo as outras receitas (despesas) operacionais líquidas e resultado com participações, por entender que esses itens não devem ser considerados no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

A posição financeira e os resultados da Companhia são fortemente impactados pelas curvas de preço do minério de ferro e do frete marítimo, bem como pela flutuação do dólar norte-americano, conforme indicados na tabela abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
US\$ Preço médio (dmt) - Platts Fe 62%	102,36	109,44	119,75
US\$ Preço marítimo (dmt) - BCI C3 (w mt)	21,04	24,99	21,04
Taxa de Câmbio US\$ - Variação %	-11,14%	27,91%	-6,26%
Taxa de Câmbio US\$ - Fechamento	5,5024	6,1923	4,8413
Taxa de Câmbio US\$ - Câmbio	5,5879	5,3895	4,8972
Receita líquida / Ton - R\$	334,42	305,72	399,74
Receita líquida / Ton - US\$	60,71	56,54	80,30

Dos principais custos de produção da Companhia, a compra de minério de ferro de terceiros é o mais significativo. A Companhia compra minério de ferro de outras mineradoras para complementar a sua produção própria. O custo de aquisição desse minério de terceiros também é baseado nas cotações do Platts, ajustadas pelos fatores pertinentes, tais como teor de ferro, qualidade, umidade, entre outros, e sofre impacto das flutuações do dólar norte-americano e montaram a R\$3.796, R\$2.778 e R\$4.643 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025, 2024 e 2023 respectivamente. Os demais custos principais da Companhia estão resumidos a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2023		2025 Vs 2024	
	R\$ Milhões	R\$/ton	R\$ Milhões	R\$/ton	R\$ Milhões	R\$/ton	R\$ Milhões	R\$/ton
Custos de produção								
Mão de obra	705,9	22,2	682,2	21,3	633,3	22,4	23,7	0,9
Energia	68,5	2,2	58,7	1,8	57,0	2,0	9,8	0,3
Combustíveis e lubrificantes	478,1	13,3	439,8	13,7	345,1	12,2	38,3	(0,4)
Serviços e manutenção ⁽¹⁾	746,6	20,8	574,7	17,9	505,7	17,9	171,9	2,9
Depreciação e amortização	989,5	31,1	921,6	28,8	821,2	29,1	67,9	2,3
Impostos e taxas ⁽²⁾	433,6	13,6	411,4	12,8	474,7	16,8	22,2	0,8
Outros	44,4	1,2	28,1	0,9	34,0	1,2	16,4	0,4
Total	3.466,6	104,5	3.116,4	97,3	2.870,8	101,7	350,2	7,2

(1) Referem-se a serviços e materiais aplicados na manutenção preventiva e corretiva das plantas, máquinas e equipamentos de mina.

(2) A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incide sobre as receitas das mineradoras e a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) é cobrada sobre as atividades minerárias da Companhia.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia é gerada no mercado interno e externo. No mercado interno refere-se principalmente às vendas de minério de ferro entre partes relacionadas para a CSN, e montou a R\$1.564 milhão, R\$1.442 milhão e R\$1.727 milhão nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente essas vendas para a CSN são realizadas nos termos e condições usuais de mercado, que são também utilizadas em todas as vendas da Companhia para terceiros. A precificação de todas as vendas da Companhia, tanto no mercado interno como no externo, tem como base a cotação do Platts e leva em consideração os ajustes pertinentes de mercado, tais como frete marítimo, custo portuário, qualidade, teor de ferro e umidade, quando devidamente aplicáveis. A Companhia é preponderantemente exportadora, e as vendas no mercado interno para a CSN são exclusivamente nos volumes necessários para garantir o abastecimento dos altos-fornos da CSN na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, e representam uma pequena parcela da receita líquida total da Companhia.

No mercado externo, a receita líquida totalizou R\$16.471 milhões, R\$15.055 milhões e R\$17.153 milhões nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Em 2023, a receita líquida da Companhia foi de R\$18.880 milhões, um aumento de 42,3% em relação ao mesmo período de 2022, em que a receita líquida da Companhia foi de R\$13.273 milhões. Esse aumento foi devido, principalmente, ao preço médio ter sido 10% superior no período findo em 31 de dezembro de 2023 e ao efeito de volumes de venda apresentando um aumento de 40% totalizando 42,61 Mt.

Em 2024, a receita líquida da Companhia foi de R\$16.496 milhões, uma redução de 12,6% em relação ao mesmo período de 2023, em que a receita líquida da Companhia foi de R\$18.880 milhões. Essa redução foi devida, principalmente, ao preço médio ter sido reduzido em 30% no período findo em 31 de dezembro de 2024 e ao efeito negativo do câmbio de 7,06%; os volumes de venda permaneceram estáveis, apresentando uma leve redução de 0,25%.

Em 2025, a receita líquida da Companhia foi de R\$18.025 milhões, um aumento de 9,3% em relação ao mesmo período de 2024, em que a receita líquida da Companhia foi de R\$16.496 milhões. Esse aumento foi devido, principalmente, ao efeito de volumes de venda apresentando um aumento de 7,7% totalizando 45,85 Mt.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram os resultados da Companhia, veja item 2.1, alínea (h), "Discussão e Análise das Demonstrações de

Resultados da Companhia" deste Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

Caixa Líquido (aplicado) gerado nas Atividades Operacionais

Em 2023, a Companhia gerou em suas operações R\$ 8.246 milhões de caixa líquido, um aumento de R\$ 7.661 milhões, em relação a 2022, em que a Companhia gerou caixa líquido de R\$9.042 milhões de suas atividades operacionais. Esse aumento foi devido, principalmente, a um recebimento de clientes R\$5.098 milhões devido ao crescimento de vendas no período de 2023 e diminuição de IR e CSSL é relativo a compensação de impostos e mudanças de critério de apuração e uma redução do caixa R\$794 milhões por hedge de fluxo de caixa e outros ganhos e perdas em ativos e passivos operacionais.

Em 2024, a Companhia gerou em suas operações R\$ 11.757 milhões de caixa líquido, um aumento de R\$ 3.510 milhões, em relação a 2023, em que a Companhia gerou caixa líquido de R\$8.246 milhões de suas atividades operacionais. Esse aumento foi devido, principalmente, a um recebimento de adiantamento de clientes R\$6.441 milhões, compensado parcialmente por menor imposto de renda e contribuições sociais pagos de R\$ 1.281, adiantamento a fornecedores de R\$543 e juros sobre empréstimos financeiros de R\$ 678.

Em 2025, a Companhia gerou R\$ 1.894 milhões de caixa líquido em suas atividades operacionais, refletindo menor geração em relação ao ano anterior, impactada principalmente pelo aumento de contas a receber (R\$ 418 milhões), estoques (R\$ 360 milhões) e impostos a recuperar (R\$ 304 milhões), além de pagamentos de juros totalizando R\$ 661 milhões. Nas atividades de investimento, houve consumo de R\$ 5.719 milhões, com destaque para a aquisição de participação em joint ventures e coligadas no montante de R\$ 3.350 milhões, além de investimentos em ativos imobilizados de R\$ 2.365 milhões. Nas atividades de financiamento, o caixa consumido somou R\$ 2.482 milhões, influenciado pelas amortizações de empréstimos (R\$ 2.105 milhões), pagamento de dividendos (R\$ 1.514 milhões) e juros sobre capital próprio (R\$ 769 milhões), parcialmente compensados por captações realizadas no período, que totalizaram R\$ 1.981 milhões.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram os resultados da Companhia, veja item 2.1, alínea (h), "Discussão e Análise das Demonstrações de Resultados da Companhia", e as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

Dívida Bruta

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da dívida bruta da Companhia atingiu a quantia de R\$8.618 milhões, refletindo uma redução de 1,6% ou R\$137 mil em comparação com o saldo reportado em 31 de dezembro de 2022, o qual foi de R\$8.755 milhões. Essa diminuição é primariamente atribuída às amortizações realizadas ao longo do ano, totalizando R\$1.157 milhões, as quais foram parcialmente compensadas por captações

que totalizaram R\$1.461 milhões. Destaca-se que dentro desse montante de captações, estão inclusas as negociações de novos contratos de pré-pagamento de exportação, que alcançaram o valor de R\$1.058 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da dívida bruta da Companhia atingiu a quantia de R\$10.556 milhões, refletindo um aumento de 23,8% ou R\$1.950 milhões em comparação com o saldo reportado em 31 de dezembro de 2023, o qual foi de R\$8.179 milhões. Esse aumento é primariamente atribuída variação cambial onde a taxa em 31.12.2023 estava em R\$ 4,8413 e em 31.12.2024 em R\$ 6.1923 um aumento de 27,9%. As captações totalizaram R\$489 milhões em novos contratos de pré-pagamento de exportação, as amortizações realizadas ao longo do ano, totalizaram R\$300 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da dívida bruta da Companhia atingiu a quantia de R\$9.615 milhões, refletindo uma redução de 8,9% ou R\$943 milhões em comparação com o saldo reportado em 31 de dezembro de 2024, o qual foi de R\$10.558 milhões. As variações ocorridas no período são explicadas principalmente pelos movimentos de captação, amortização e efeitos cambiais. Ao longo de 2025, as captações totalizaram R\$ 1.981 milhões, enquanto as amortizações de principal somaram R\$ 2.105 milhões. Adicionalmente, foram pagos R\$ 661 milhões em encargos e reconhecida provisão de encargos no montante de R\$ 659 milhões. A variação cambial do exercício resultou em um efeito negativo de R\$ 816 milhões sobre o saldo da dívida.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram os resultados da Companhia, veja item 2.1, alínea (h), "Discussão e Análise das Demonstrações de Resultados da Companhia", e as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

b) Estrutura de capital

Na data deste, os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada para desenvolver suas atividades de acordo com seu plano de negócios e atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos, tendo apresentado, inclusive, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros.

As atividades desenvolvidas pela Companhia são caracterizadas pelo uso intensivo de capital, sendo natural, de acordo com os diretores da Companhia, que a Companhia, com o fim de otimizar sua estrutura de capital, financie suas necessidades de capital principalmente a partir de empréstimos e financiamentos contraídos junto aos mercados financeiro e de capitais, seja para consolidar e expandir seus negócios, seja para manter seus níveis de liquidez.

A tabela a seguir apresenta a abertura da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e capital de terceiros nas datas indicadas.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido (capital próprio)	6.681	10.269	10.699
Passivo circulante (capital de terceiros)	10.039	7.546	6.070
Passivo não circulante (capital de terceiros)	16.834	18.576	12.922
Capital de terceiros	26.873	26.122	18.992
Passivo total (capital próprio e de terceiros)	33.554	36.391	29.691
Capital próprio / passivo total (%)	20%	28%	36%
Capital de terceiros / passivo total (%)	80%	72%	64%

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do patrimônio líquido da Companhia montou a R\$10.699 milhões, uma redução de 6,1% em relação a 31 de dezembro de 2022, em que o saldo do patrimônio líquido da Companhia montou a R\$11.393 milhões. Essa redução foi devida, principalmente, a uma perda em hedge accounting registrada no exercício de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do patrimônio líquido da Companhia montou a R\$10.269 milhões, uma redução de 4,0% em relação a 31 de dezembro de 2023, em que o saldo do patrimônio líquido da Companhia montou a R\$10.699 milhões. Essa redução foi devida, principalmente, a perda em hedge accounting registrada no exercício de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do patrimônio líquido da Companhia montou a R\$6.681 milhões, uma redução de 35% em relação a 31 de dezembro de 2024, em que o saldo do patrimônio líquido da Companhia montou a R\$10.269 milhões. Essa redução foi devida, principalmente, pela distribuição de R\$ 2.008 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio das reservas de lucros, R\$ 1.388 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio do lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e da redução de R\$ 2.351 a título do reconhecimento da transação de capital relacionado a aquisição de participação na joint venture MRS.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram os resultados da Companhia, veja item 2.1, alínea (h), "Discussão e Análise das Demonstrações de Resultados da Companhia" deste Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia correspondeu a R\$18.992 milhões, um aumento de 39% em relação a 31 de dezembro de 2022, em que o saldo do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia correspondeu a R\$ 12.922 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento do saldo de fornecedores de R\$ 441.867 milhões e R\$ 4.296 milhões em adiantamento de clientes. Houve redução de R\$ 50 milhões em tributos a recolher.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia correspondeu a R\$25.122 milhões, um aumento de 37,5% em relação a 31

de dezembro de 2023, em que o saldo do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia correspondeu a R\$18.992 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, em função dos pré-pagamentos de minério de ferro.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia correspondeu a R\$16.834 milhões, um aumento de 3% em relação a 31 de dezembro de 2024, em que o saldo do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia correspondeu a R\$26.873 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, em função dos pré-pagamentos de minério de ferro.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram os resultados da Companhia, veja item 2.1, alínea (h), "Discussão e Análise das Demonstrações de Resultados da Companhia" deste Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dívida bruta	9.615	10.558	8.618
Caixa e equivalentes de caixa	8.872	15.186	9.796
Dívida líquida	743	(4.628)	(1.178)
Receita líquida	18.025	16.496	18.880
EBITDA Ajustado	6.448	5.896	7.863
Dívida líquida / EBITDA Ajustado	0,12	(0,78)	(0,15)

Os diretores da Companhia entendem que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, com base no perfil de endividamento da Companhia, o cronograma de amortização, suas disponibilidades, índices de liquidez e de cobertura de juros e considerando a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos nos mercados financeiro e de capitais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros e o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia totalizava R\$8.179 milhões, dos quais 5,4% estavam contabilizados como passivo circulante.

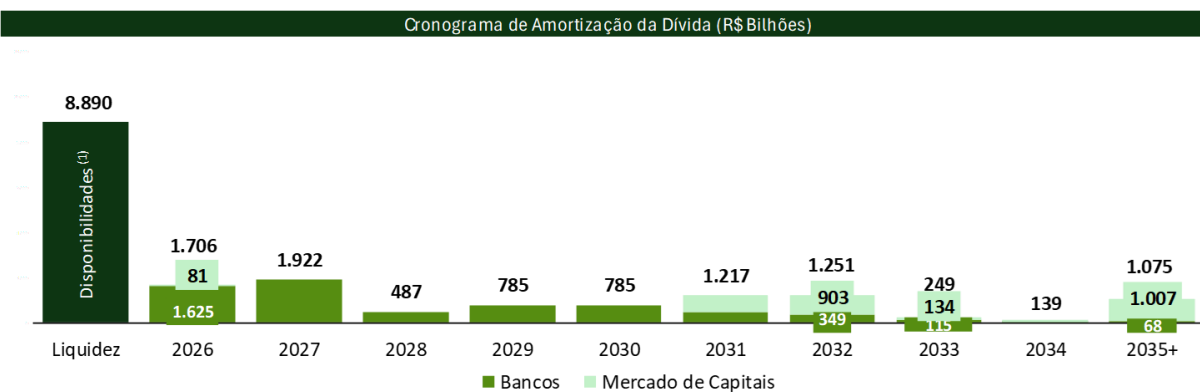
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros e o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia totalizava R\$10.129 milhões, dos quais 13,2% estavam contabilizados como passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros e o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia totalizava R\$9.186 milhões, dos quais 18,0% estavam contabilizados como passivo circulante.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Consolidado e controladora			
31/12/2025			
	Em Reais - R\$	Em moeda estrangeira	Total
Taxa média	16,40%	5,53%	
2026	108.615	1.597.447	1.706.062
2027	18.041	1.904.137	1.922.178
2028	19.072	467.704	486.776
2029	316.807	467.704	784.511
2030	316.807	467.704	784.511
2031	749.089	467.704	1.216.793
Após 2031	2.219.571	494.795	2.714.366
	3.748.002	5.867.195	9.615.197

Os gráficos a seguir apresentam o caixa e equivalente de caixa frente aos vencimentos de empréstimos e financiamentos na data ou período indicado.



(1) As disponibilidades incluem as aplicações financeiras de curto prazo.

A distribuição de juros sobre capital próprio aprovado em 08 de maio de 2025, 04 de novembro de 2025 e 26 de dezembro de 2025 não impactaram de maneira relevante a situação de liquidez da Companhia, uma vez que esta apresenta alto giro em seus negócios, capital circulante líquido positivo e tem desfrutado de alta lucratividade pela manutenção dos preços de minério de ferro em patamar elevado e do câmbio. Adicionalmente, a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos financeiros assumidos não foi afetada e está conforme o seu planejamento de fluxo de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Historicamente, a Companhia financia suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes de (i) linhas de trade finance; (ii) captações no mercado de capitais, (iii) linhas de bancos de desenvolvimento; (iv) linhas bilaterais com bancos parceiros (v) cessão de recebíveis; (vi) cessão de crédito com fornecedores; e (vii) recursos próprios decorrentes de suas atividades operacionais.

Os diretores da Companhia entendem que tal histórico segue o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do seu passivo financeiro. O prazo médio da dívida bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 era de 4,22, 5,11 e 6,18 anos, respectivamente.

O planejamento da Companhia em 2025 focou em captações de linhas de longo-prazo para o financiamento de projetos.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram os resultados da Companhia, veja item 2.1, alínea (h), "Discussão e Análise das Demonstrações de Resultados da Companhia" deste Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração futura de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de operações de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais. Previamente à contratação de qualquer operação de captação, a Companhia avalia (i) suas necessidades de caixa e níveis de alavancagem, e seleciona, dentre as opções disponíveis no mercado, as melhores modalidades, considerando, dentre outros, os respectivos custos, prazos, garantias e riscos envolvidos; e (ii) a respectiva adequação aos seus objetivos e planos de negócio.

Na data deste, os diretores da Companhia entendem que a Companhia poderá acessar outras fontes de financiamento, como o mercado de capitais e linhas de bancos de desenvolvimento, além das fontes de recursos que a Companhia tem historicamente utilizado para atender suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia foi de R\$8.179 milhões, uma redução de 6,6% em relação ao saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia de R\$8.755 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia foi de R\$10.129 milhões, um aumento de 23,8% em relação ao saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia de R\$8.179 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia foi de R\$9.246 milhões, uma redução de 8,7% em relação ao saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia de R\$10.129 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Em 2023, 2024 e 2025, a Companhia se valeu de (i) linhas de trade finance; (ii) captações no mercado de capitais, (iii) linhas de bancos de desenvolvimento; (iv) linhas bilaterais com bancos parceiros (v) cessão de recebíveis e (vi) cessões de crédito com fornecedores.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Obrigações Contratuais

Exercício Social exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos	Em milhões de R\$				
Garantia Real	11	298	298	-	607
Garantia Quirografária	1.679	2.840	1.666	2.673	8.857
Garantia Fidejussória	16	56	37	42	151
Total	1.706	3.193	2.001	2.714	9.615

Exercício Social exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos	Em milhões de R\$				
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	78	53	37	2.979	3.146
Adiantamentos de clientes	1.307	3.170	1.322	1.613	7.411
Total	1.385	3.222	1.359	4.591	10.558

Exercício Social exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos	Em milhões de R\$				
Garantia Real	7	11			18
Garantia Quirografária	481	2.082	1.875	4.162	8.600
Total	488	2.093	1.875	4.162	8.618

A descrição dos principais contratos financeiros da Companhia em vigor em 31 de dezembro 2025 segue abaixo:

Financiamentos

Em janeiro de 2025, a Companhia contratou um pré-pagamento de exportação (PPE) no montante de US\$ 125 milhões, com vencimento previsto para julho de 2027.

Adicionalmente, em julho de 2025, foi estruturada uma nova NCE no valor de R\$ 596 milhões, cujos prazos de vencimento estão distribuídos entre maio de 2029 e novembro de 2030. No mesmo mês, a Companhia também formalizou um pré-pagamento de exportação (PPE) no montante de US\$ 113 milhões, com vencimento estabelecido para março de 2035.

Adiantamento de Clientes

Durante o ano de 2025, a Companhia recebeu antecipadamente o montante total de US\$540,9 milhões (equivalentes a R\$2.943 milhões) referente a contratos de fornecimento de 13,1 milhões de toneladas de minério de ferro ao longo de cinco anos.

Para mais informações sobre financiamentos e adiantamentos de clientes, incluindo cláusulas restritivas para a Companhia, vide item "2.1, alínea (f), item (iv)".

(ii) **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não obstante não haver outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas no item 2.1, alínea (f), item (i), deste Formulário de Referência, a Companhia mantém relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para atender suas necessidades de capital.

(iii) **grau de subordinação entre as dívidas**

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia eram compostos por dívidas com garantia real, dívidas com garantias fiduciárias e dívidas quirografárias. As dívidas intragrupo estão subordinadas a determinadas dívidas bancárias, ressalvados eventuais repasses de recursos obtidos por meio de oferta pública de valores mobiliários de dívida. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$9.615 milhões, dos quais 6,32% contavam com garantias reais.

Exercício Social exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos	Em milhões de R\$				
Garantia Real	11	298	298	-	607
Garantia Quirografária	1.679	2.840	1.666	2.673	8.857
Garantia Fidejussória	16	56	37	42	151
Total	1.706	3.193	2.001	2.714	9.615

Exercício Social exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos	Em milhões de R\$				
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	78	53	37	2.979	3.146
Adiantamentos de clientes	1.307	3.170	1.322	1.613	7.411
Total	1.385	3.222	1.359	4.591	10.558

Exercício Social exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos	Em milhões de R\$				
Garantia Real	7	11			18
Garantia Quirografária	481	2.082	1.875	4.162	8.600
Total	488	2.093	1.875	4.162	8.618

(iv) **eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.**

De acordo com os instrumentos financeiros descritos no item "2.1, alínea (f), item (i)", a Companhia está sujeita a restrições ou obrigações adicionais, incluindo com relação à

manutenção de índices financeiros, distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e outras distribuições similares de capital e alienação de controle acionário, que poderão ser objeto de waivers e/ou de prazos de cura, se assim concedidos pelas contrapartes à Companhia, tais como:

- a) restrições, incluindo quanto à (i) alienação de controle ou redução da participação societária da acionista controladora, CSN ou dos acionistas do consórcio asiático no capital social da Companhia, a determinados patamares, (ii) fusão, incorporação ou transferência de parte substancial dos ativos da Companhia ou ações de subsidiárias, (iii) concessão de empréstimos, garantia ou oneração de ativos da Companhia em favor de afiliadas acima de determinado valor, (iv) alienação de parte substancial de ativos da Companhia, (v) vencimento cruzado de outros contratos celebrados pela Companhia e/ou suas subsidiárias em valor superior a US\$100 milhões, (vi) distribuição de dividendos superior ao mínimo legal caso esteja em curso um evento de inadimplemento e a Companhia esteja descumprindo a obrigação de manutenção de índice financeiro e (vii) incorrer em dívidas em valor agregado superior a R\$500 milhões caso o índice de alavancagem, apurado trimestralmente, seja superior a 2,00.
- b) cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente:
 - (a) dívida líquida/EBITDA inferior a 3.0x.

Os contratos de fornecimento de minério com pré-pagamento preveem hipóteses de vencimento antecipado, incluindo determinadas alterações ou término do acordo de acionistas entre a acionista controladora, CSN e o consórcio asiático e mudança de controle, definido como deter 65% (sessenta e cinco por cento) dos votos em assembleias, 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social ou possibilidade de nomeação da maioria dos conselheiros e diretores. Para maiores informações sobre o Consórcio Asiático.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas descritas acima e entende que, na data deste, atendeu a todas as cláusulas restritivas decorrentes de seus contratos financeiros desde suas respectivas contratações.

g) Limites dos financiamentos já contratados

Com relação aos demais empréstimos e financiamentos da Companhia descritos no item "2.1, alínea (f), item (i)", os recursos decorrentes de tais empréstimos e financiamentos foram integralmente utilizados pela Companhia, não havendo, em 31 de dezembro de 2025, saldo pendente para utilização pela Companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- (i) **Aprovação, celebração e efetivação da alienação de participação minoritária na CSN Mineração**

Em razão da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações pela CSN com a Itochu Corporation, tendo por objeto a alienação de 589.304.801 ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço unitário de R\$ 7,50 por ação, no montante de R\$ 4.419.786, a partir do dia 12 de novembro de 2024, a CSN passou a deter 3.785.474.692 ações ordinárias de emissão da Companhia, reduzindo sua participação direta para 69,01% e a Itochu Corporation passou a deter 589.304.801 ações ordinárias de emissão da Companhia alcançando a participação direta de 10,74% e indireta de 9,26% por meio da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. Sendo assim a composição acionária da Companhia passou a ser:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Companhia Siderúrgica Nacional	3.785.474.692	69,01%	69,69%	3.785.474.692	69,01%	69,69%
Itochu Corporation	589.304.801	10,74%	10,85%	589.304.801	10,74%	10,85%
Japão Brasil Minérios de Ferro Participações	507.762.966	9,26%	9,35%	507.762.966	9,26%	9,35%
Posco Holdings Inc	102.186.675	1,86%	1,88%	102.186.675	1,86%	1,88%
China Steel Corporation	22.366.860	0,41%	0,41%	22.366.860	0,41%	0,41%
Outros	424.948.544	7,75%	7,82%	424.948.544	7,75%	7,82%
Total de ações em circulação	5.432.044.538	99,03%	100,00%	5.432.044.538	99,03%	100,00%
Ações em tesouraria	53.294.297	0,97%		53.294.297	0,97%	
Total de ações	5.485.338.835	100,00%	100,00%	5.485.338.835	100,00%	100,00%

(ii) Patrimônio líquido

A Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2024, os Programas de Recompra de Ações, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos da instrução CVM 77/2022, descritos abaixo:

O Programa de Recompra de Ações, nos termos da instrução CVM 77/2022, aprovado em 28 de junho de 2024 pelo Conselho de Administração, consiste em:

- Recompra de até 100.000.000 ações;
- Vigência do programa de 28 de junho de 2024 a 19 de dezembro de 2025;
- Preço de aquisição não poderá ser superior ao de cotação na Bolsa de Valores;
- Operações de recompra intermediadas por instituições financeiras habilitadas.

Em 17 de outubro de 2024, a Companhia, aprovou em reunião do Conselho da Administração o cancelamento de três ações de emissão própria mantidas em tesouraria, sem alteração no valor do capital social da controlada em decorrência do cancelamento de ações, portanto o capital social da Companhia passou a ser dividido em 5.485.338.835 ações.

Em 21 de novembro de 2025, a Companhia aprovou o programa de alienação de ações mantidas em tesouraria, com as seguintes características:

- Alienação de até 53.294.297 ações;
- Vigência do programa de 24 de novembro de 2025 a 21 de maio de 2027;
- Preço de alienação: As operações de alienação serão realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a preço de mercado.
- Operações de alienação intermediadas por instituições financeiras habilitadas.

(iii) Investimentos

Em dezembro de 2025, a CMIN adquiriu 11,17% de participação societária na MRS detida por sua controladora CSN, em uma transação de capital entre entidades do mesmo grupo econômico, passando a deter 29,91% do capital total da MRS. A transação foi realizada pelo preço total de R\$ 3.350.000 já pagos pela CMIN e o investimento foi registrado pela pelo mesmo valor contábil anteriormente reconhecido na Controladora CSN no total de R\$ 998.922. O montante pago que excedeu esse valor, no total de R\$ 2.351.078, não representa ganho ou perda realizado para o Grupo e, portanto, foi reconhecido no patrimônio líquido.

Descrição das Principais Linhas das Demonstrações de Resultados da Companhia

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pela receita bruta proveniente da comercialização de minério de ferro no mercado externo e interno, deduzida de impostos incidentes sobre as vendas e serviços prestados no mercado interno.

Custos de Bens e/ou dos Serviços Prestados

Os custos dos bens e/ou serviços prestados da Companhia incluem, principalmente, os gastos para extração e beneficiamento do minério de ferro, tais como mão de obra, combustíveis, manutenção de equipamentos operacionais e pagamentos de compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM) e taxas estaduais de fiscalização de recursos minerários (TRFM).

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia compreendem, principalmente, o frete marítimo na realização de exportações.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia compreendem, principalmente, custos com equipes de gestão financeira, tecnologia da informação, recursos humanos e suprimentos, reconhecidos pelo compartilhamento de despesas com a CSN.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas da Companhia correspondem as receitas e despesas diversas, tais quais impostos, taxas, contingências jurídicas, passivos ambientais, perdas em estoque de produto acabado e sobressalentes e perdas e ganhos com operações de hedge accounting de fluxo de caixa.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial da Companhia corresponde ao reconhecimento dos ganhos e perdas com o investimento na "MRS".

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia corresponde as receitas e despesas financeiras da Companhia.

As receitas financeiras da Companhia advêm, principalmente, das aplicações financeiras, da variação cambial sobre contas a receber e juros recebidos por adiantamentos a fornecedores.

As despesas financeiras da Companhia decorrem, principalmente, dos juros, atualização monetária e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos; dos impostos sobre resultados financeiros; e outras despesas financeiras, como, por exemplo, ajuste a valor presente dos passivos ambientais e da provisão para descomissionamento dos ativos ("Asset Retirement Obligation – ARO").

Impostos sobre o Lucro

A Companhia é tributada com base no lucro real a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o saldo do correspondente lucro tributável que exceder R\$240 mil ao ano, a título de imposto de renda ("IRPJ"); e a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, a título de contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"). O lucro tributável corresponde ao lucro líquido do respectivo exercício social, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações determinadas pela legislação tributária.

Discussão e Análise das Demonstrações de Resultados da Companhia

Comparação entre os períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

Demonstração de Resultados	31/12/2025	A.H. (1)	A.V. (1)	31/12/2024	A.H. (1)	A.V. (1)	31/12/2023
Receita de venda de bens e serviços	18.025.121	▲ 9%	▲ 100%	16.496.317	▼ -13%	▲ 100%	18.880.426
Cust dos bens e/ou serviços vendidos	(9.850.577)	▲ 23%	▼ -55%	(8.025.027)	▼ -18%	▼ -49%	(9.839.057)
Resultado Bruto	8.174.544	▼ -4%	▲ 45%	8.471.290	▼ -6%	▲ 51%	9.041.369
Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.163.402)	▼ -10%	▼ -18%	(3.503.982)	▲ 17%	▼ -21%	(3.004.994)
Despesas com vendas	(2.812.475)	▼ -21%	▼ -16%	(3.537.738)	▲ 73%	▼ -21%	(2.050.270)
Despesas gerais e administrativas	(183.810)	▲ 1%	▼ -1%	(182.052)	▲ 13%	▼ -1%	(161.189)
Resultado da equivalência patrimonial	226.102	▲ 24%	▲ 1%	181.978	▲ 20%	▲ 1%	152.194
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(393.218)	▼ -1262%	▼ -2%	33.830	▼ -104%	▲ 0%	(945.729)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	5.011.142	▲ 1%	▲ 28%	4.967.308	▼ -18%	▲ 30%	6.036.375
Resultado financeiro líquido	(2.562.801)	▼ -428%	▼ -14%	781.818	▼ -164%	▲ 5%	(1.229.817)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.448.341	▼ -57%	▲ 14%	5.749.126	▲ 20%	▲ 35%	4.806.558
Imposto de renda e contribuição social	(799.182)	▼ -35%	▼ -4%	(1.221.407)	▼ -1%	▼ -7%	(1.237.821)
Lucro/(prejuízo) Consolidado do período	1.649.647	▼ -64%	▲ 9%	4.527.719	▲ 27%	▲ 27%	3.568.737
Participação dos acionistas não controladores	488	▲	0%	-			-

(1) A análise vertical examina a composição de um relatório financeiro em um único período. Cada item é apresentado como uma porcentagem da receita líquida da Companhia.

(2) A análise horizontal compara os resultados financeiros ao longo de diferentes períodos. Ela destaca tendências e mudanças significativas, permitindo avaliar o desempenho e a evolução da empresa ao longo do tempo

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia aumentou 9%, ou R\$1.528 milhões, de R\$16.497 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$18.025 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi devido, principalmente, pelos maiores volumes de vendas praticados no exercício.

A tabela a seguir apresenta a abertura da receita líquida da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024	A.H.
No Brasil	1.928	1.772	9%
No exterior	16.471	15.070	9%
Faturamento Bruto	18.399	16.842	9%
Tributos incidentes sobre vendas	(364)	(330)	10%
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(10)	(15)	-31%
Deduções	(374)	(345)	8%
Receita Líquida	18.025	16.497	9%

Custos de Bens e/ou dos Serviços Prestados

Os custos dos bens e serviços prestados da Companhia aumentaram 23% ou R\$ 1.826 milhões, de R\$ 8.025 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$9.851 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi devido, principalmente, (i) ao aumento de 10,32% no volume de vendas, sendo necessário a utilização de portos de terceiros para escoar a produção, um aumento de 73,49% em custos de terceiros em relação ao mesmo período em 2024. (ii) Além disso, houve um aumento de R\$1.015 milhões em materiais de terceiros para compor o volume de vendas; variação de 415% pelo resultado da CEC, ajuste de impostos e provisão de contratos de serviços por competência.

A tabela a seguir apresenta a abertura dos custos bens e dos serviços prestados da Companhia:

	Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	AH
Frete /Seguro marítimo	(1)	(7)	-90%
Mão de obra	(960)	(944)	2%
Manutenção (Serviços e Materiais)	(869)	(925)	-6%
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.268)	(1.143)	11%
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	(901)	(733)	23%
Material de terceiros	(3.725)	(2.710)	37%
Suprimentos	(688)	(809)	-15%
Impostos e taxas	(425)	(298)	42%
Arrendamento Portuário	(336)	(324)	4%
Outros	(680)	(132)	415%
Total de custos de bens e serviços prestados	(9.851)	(8.025)	23%

Resultado Bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto da Companhia diminuiu 3,5%, ou R\$297 milhões, de R\$8.471 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$8.174 milhões, no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2025. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto da Companhia aumentou de 49% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para 55% no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia reduziram 21%, ou R\$ 725 milhões, de R\$3.538 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$2.812 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2025. Essa queda foi devida, principalmente, no custo de contratação dos fretes CIF de US\$ 25,04 em 2024 para R\$ 21,20 em 2025, compensados parcialmente pelo maior volume de vendas.

Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas

As outras despesas operacionais líquidas da Companhia aumentaram, 1262%, ou R\$427 milhões, de uma receita de R\$ 34 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para uma despesa de R\$393 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi devido, principalmente, pelo menor reconhecimento com instrumentos derivativos de minério de ferro no montante de R\$362 milhões.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial da Companhia aumentou 24,2%, ou R\$44 milhões, de R\$182 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$226 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi em consequência ao melhor resultado apresentado pela MRS.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia diminuiu 427,8%, ou R\$3.345 milhões, de uma receita financeira de R\$ 782 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024,

para uma despesa de R\$ 2.563 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2025. Essa diminuição foi devido, principalmente, a perdas de variação cambial no montante de R\$1.696 milhões e juros de adiantamento de clientes no montante de R\$840 milhões.

Impostos sobre o Lucro

As despesas com impostos sobre o lucro da Companhia apresentaram redução de 34,6%, passando de R\$ 1.221 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 799 milhões em 2025. Essa diminuição decorre, principalmente, de variações habituais no nível de lucratividade da Companhia, efeitos relacionados a ajustes tributários específicos — como TBU — e do impacto da dedutibilidade dos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Adicionalmente, contribuíram para essa redução as deduções vinculadas às doações incentivadas e aos incentivos do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Comparação entre os períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

	31/12/2024	AV¹	AH²	31/12/2023	AV¹	AH²	31/12/2022	AV¹	AH²
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.496	100%	-12,6%	18.880	100%	42,3%	13.273	100,0%	0,0%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.025)	-49%	-18,4%	(9.839)	-52%	35,8%	(7.245)	-54,6%	0,0%
Resultado Bruto	8.471	51,4%	-6,3%	9.041	47,9%	50,0%	6.028	45,4%	0,0%
Despesas/Receitas Operacionais	(3.504)	-21%	16,6%	(3.005)	-16%	135,7%	(1.275)	-9,6%	0,0%
Despesas com Vendas	(3.538)	-21%	72,5%	(2.050)	-11%	136,4%	(867)	-6,5%	0,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(182)	-1%	12,9%	(161)	-1%	37,2%	(117)	-0,9%	0,0%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	182	1%	19,6%	152	1%	-137,4%	(407)	-3,1%	0,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	34	0%	-103,6%	(946)	-5%	-911,4%	117	0,9%	0,0%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.967	30%	-17,7%	6.036	32%	27,0%	4.753	35,8%	0,0%
Receitas/(Despesas) Financeiras	782	5%	-163,6%	(1.230)	-7%	59,3%	(772)	-5,8%	0,0%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	5.749	35%	19,6%	4.807	25%	20,8%	3.980	30,0%	0,0%
IR e CSLL sobre o Lucro	(1.221)	-7%	0,0%	(1.221)	-6%	18,6%	(1.030)	-7,8%	0,0%
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período	4.528	27%	26,3%	3.585	19%	21,5%	2.950	22,2%	0,0%
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período	4.528	27%	26,3%	3.585	19%	21,5%	2.950	22,2%	0,0%
Atribuído aos Sócios Controladores	4.528	27%	26,3%	3.585	19%	21,5%	2.950	22,2%	0,0%

(1) A análise vertical examina a composição de um relatório financeiro em um único período. Cada item é apresentado como uma porcentagem da receita líquida da Companhia.

(2) A análise horizontal compara os resultados financeiros ao longo de diferentes períodos. Ela destaca tendências e mudanças significativas, permitindo avaliar o desempenho e a evolução da empresa ao longo do tempo

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia aumentou 9%, ou R\$1.528 milhões, de R\$16.497 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$18.025 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi devido, principalmente, pelos maiores volumes de vendas praticados no exercício.

A tabela a seguir apresenta a abertura da receita líquida da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023	AH
Receita Líquida	16.842	19.191	-12%
Mercado Interno	1.772	2.038	-13%
Mercado Externo	15.070	17.153	-12%
Deduções	(346)	(311)	
Impostos incidentes sobre vendas	(330)	(311)	6%
Abatimentos	(15)		100%
	16.496	18.880	-13%
	31/12/2024	31/12/2023	AH
Receita Líquida	16.842	19.191	-12%
Mercado Interno	1.772	2.038	-13%
Mercado Externo	15.070	17.153	-12%
Deduções	(346)	(311)	
Impostos incidentes sobre vendas	(330)	(311)	6%
Abatimentos	(15)		100%
	16.496	18.880	-13%

Custos de Bens e/ou dos Serviços Prestados

Os custos dos bens e serviços prestados da Companhia aumentaram 39,2% ou R\$2.775 milhões, de R\$7.083 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$9.858 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, (i) ao aumento de 44% no volume de vendas, sendo necessário a utilização de portos de terceiros para escoar a produção, um aumento de 44,4% em custos de terceiros em relação ao mesmo período em 2021. (ii) Além disso, houve um aumento de R\$602 milhões em materiais necessários na produção, que gerou uma variação de 112,9% em custos com suprimentos, em relação a 2021.

A tabela a seguir apresenta a abertura dos custos bens e dos serviços prestados da Companhia:

	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	AH
Frete /Seguro marítimo	(7)	(50)	-86%
Mão de obra	(944)	(841)	12%
Manutenção (Serviços e Materiais)	(925)	(420)	120%
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.143)	(1.032)	11%
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	(733)	(685)	7%
Material de terceiros	(2.710)	(5.000)	-46%
Suprimentos	(809)	(1.011)	-20%
Impostos e taxas	(298)	(437)	-32%
Arrendamento Portuário	(324)	(191)	70%
Outros	(132)	(173)	-24%
Total de custos de bens e serviços prestados	(8.025)	(9.839)	-18%

Resultado Bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto da Companhia diminuiu 6,3%, ou R\$570 milhões, de R\$9.041 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$8.471 milhões, no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto da Companhia aumentou de 47,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para 51,4% no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia aumentaram 72,5%, ou R\$1.487 milhões, de R\$2.050 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$3.538 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi devido, principalmente, pelo aumento de 17,2% no volume de vendas na modalidade CIF, no exercício de 2024.

Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas

As outras despesas operacionais líquidas da Companhia aumentaram 103,6%, ou R\$980 milhões, de uma despesa de R\$ 946 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para uma receita de R\$34 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi devido, principalmente, pelo reconhecimento de ganho com instrumentos derivativos de minério de ferro no montante de R\$453 milhões.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial da Companhia aumentou 19,6%, ou R\$30 milhões, de R\$152 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$182 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi em consequência ao melhor resultado apresentado pela MRS.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia aumentou 163,6%, ou R\$2.012 milhões, de uma despesa financeira de R\$ 1.230 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para uma receita de R\$ 782 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi devido, principalmente, a perdas de variação cambial no montante de R\$2.100 milhões.

Impostos sobre o Lucro

As despesas com impostos sobre o lucro da Companhia se mantiveram em linha com o exercício anterior, com uma variação de 1,1%, de R\$ 1.238 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$1.221 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Este resultado decorre de ajustes adicionais como exemplo TBU e variações habituais de lucro, além da dedutibilidade de Juros Sobre Capital Próprio (JCP), assim como as deduções no âmbito das doações incentivadas e do programa de alimentação do trabalhador. LIZAR 2025

Comparação entre os períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Demonstração dos Resultados Consolidados (R\$ milhões)	31/12/2023	AV¹	31/12/2022	AV¹	AH²
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.880	100%	13.273	100,0%	42,2%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(9.839)	-74%	(7.083)	-37,2%	38,9%
Resultado Bruto	9.041	68%	6.190	32,5%	46,1%
Despesas/Receitas Operacionais	(3.005)	-23%	(1.438)	-7,6%	109,0%
Despesas com Vendas	(2.050)	-15%	(1.029)	-5,4%	99,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(161)	-1%	(117)	-0,6%	37,6%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(946)	-7%	(409)	-2,1%	131,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	152	1%	117	0,6%	29,9%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.036	45%	4.752	25,0%	27,0%
Receitas/(Despesas) Financeiras	(1.230)	-9%	(772)	-4,1%	59,3%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	4.806	36%	3.980	20,9%	20,8%
IR e CSLL sobre o Lucro	(1.238)	-9%	(1.030)	-5,4%	20,2%
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período	3.568	27%	2.950	15,5%	21,0%
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período	3.568	27%	2.950	15,5%	21,0%
Atribuído aos Sócios Controladores	3.568	27%	2.950	15,5%	21,0%

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia aumentou 42,2%, ou R\$5.607milhões, de R\$13.273 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$18.880 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, ao volume de vendas de 28% superior a 2022.

A tabela a seguir apresenta a abertura da receita líquida da Companhia:

	31/12/2023	31/12/2022	Consolidado AH²
Receita Bruta			
Mercado interno	2.038	2.001	1,8%
Mercado externo	17.153	11.652	47%
	19.191	13.653	41%
Deduções			
Impostos incidentes sobre vendas	(311)	(378)	-18%
Abatimentos		(2)	
	(311)	(380)	-18%
Receita Líquida	18.880	13.273	42,2%

Custos de Bens e/ou dos Serviços Prestados

Os custos dos bens e serviços prestados da Companhia aumentaram 39,2% ou R\$2.775 milhões, de R\$7.083 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para

R\$9.858 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, (i) ao aumento de 44% no volume de vendas, sendo necessário a utilização de portos de terceiros para escoar a produção, um aumento de 44,4% em custos de terceiros em relação ao mesmo período em 2021. (ii) Além disso, houve um aumento de R\$602 milhões em materiais necessários na produção, que gerou uma variação de 112,9% em custos com suprimentos, em relação a 2021.

A tabela a seguir apresenta a abertura dos custos bens e dos serviços prestados da Companhia:

	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	AH ²
Material de terceiros	4.998	3.199	56,2%
Mão de obra	894	739	21,0%
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.033	990	4,3%
Manutenção (Serviços e Materiais)	381	495	-23,0%
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	702	486	44,4%
Impostos e taxas	437	351	24,5%
Arrendamento Portuário	97	268	-63,8%
Suprimentos	1.135	533	112,9%
Outros	181	22	722,7%
Total de custos de bens e serviços prestados	9.858	7.083	39,2%

Resultado bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto da Companhia aumentou 46,1%, ou R\$2.851 milhões, de R\$6.190 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$9.041 milhões, no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto da Companhia aumentou de 46,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 202, para 68,1% no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. O resultado bruto sofreu um impacto líquido positivo de R\$2.851 milhões.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia aumentaram 99,2%, ou R\$1.021 milhões, de R\$1.029 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$2.050 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, pelo aumento de 117,2% no volume de vendas na modalidade CIF, no exercício de 2023.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

As outras despesas operacionais líquidas da Companhia aumentaram 131,3%, ou R\$537 milhões, de R\$409 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$946 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, pelo reconhecimento de perdas com instrumentos derivativos de minério de ferro no montante de R\$805 milhões.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial da Companhia aumentou 29,9%, ou R\$35 milhões, de R\$117 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$152 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi em consequência ao melhor resultado apresentado pela MRS.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia aumentou 59,3%, ou R\$458 milhões, de R\$772 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$1.230 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, a perdas de variação cambial no montante de R\$658 milhões e maiores despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos de R\$1.108 milhões.

Impostos sobre o Lucro

As despesas com impostos sobre o lucro da Companhia aumentaram 20,27%, de R\$1.030 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$1.238 milhões no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, ao maior lucro tributável exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, na ordem de R\$826 milhões, que gera uma despesa com imposto de renda e contribuição social de R\$280 milhões e o benefício fiscal de R\$34 milhões por juros sobre capital próprio pagos em 2023, parcialmente compensado em R\$33 milhões benefício fiscal gerado por doações incentivadas.

Discussão e análise das principais contas patrimoniais da Companhia comparação entre as posições em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

	31/12/2025	A.H. ⁽¹⁾	A.V. ⁽¹⁾	31/12/2024	A.H. ⁽¹⁾	A.V. ⁽¹⁾	31/12/2023
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8.871.892	▼ -42%	▲ 26%	15.185.928	▲ 55%	▲ 42%	9.795.878
Aplicações financeiras	18.074	▲ 30%	▲ 0%	13.891	▲ 12%	▲ 0%	12.452
Contas a receber	1.914.795	▲ 27%	▲ 6%	1.506.580	▼ -12%	▲ 4%	1.712.870
Estoques	825.422	▲ 6%	▲ 2%	777.848	▼ -17%	▲ 2%	935.979
Tributos a recuperar	104.913	▲ 49%	▲ 0%	70.613	▼ -69%	▲ 0%	227.624
Outros ativos circulantes	349.509	▲ 26%	▲ 1%	277.246	▼ -8%	▲ 1%	302.780
Total do ativo circulante	12.084.606	▼ -32%	▲ 36%	17.832.106	▲ 37%	▲ 49%	12.987.583
Não Circulante							
Realizável a longo prazo							
Tributos diferidos	5.598	▼ -96%	▲ 0%	143.709	▲ 1318%	▲ 0%	10.138
Estoques	2.073.526	▲ 18%	▲ 6%	1.761.172	▲ 25%	▲ 5%	1.412.103
Tributos a recuperar	551.143	▲ 96%	▲ 2%	281.507	▼ -3%	▲ 1%	291.251
Outros ativos não circulantes	452.021	▼ -16%	▲ 1%	536.687	▲ 432%	▲ 1%	100.788
	3.082.288	▲ 13%	▲ 9%	2.723.075	▲ 50%	▲ 7%	1.814.280
Investimentos	3.061.007	▲ 73%	▲ 9%	1.774.066	▲ 12%	▲ 5%	1.577.155
Imobilizado	10.994.169	▲ 13%	▲ 33%	9.704.951	▲ 8%	▲ 27%	8.958.768
Intangível	4.331.504	▼ -1%	▲ 13%	4.356.721	▲ 0%	▲ 12%	4.352.819
Total do ativo não circulante	21.468.967	▲ 16%	▲ 64%	18.558.813	▲ 11%	▲ 51%	16.703.022
TOTAL DO ATIVO	33.553.574	▼ -8%	▲ 100%	36.390.919	▲ 23%	▲ 100%	29.690.605
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	1.650.923	▲ 23%	▲ 5%	1.340.018	▲ 201%	▲ 4%	445.182
Obrigações sociais e trabalhistas	107.051	▲ 5%	▲ 0%	102.121	▲ 10%	▲ 0%	92.972
Fornecedores	2.171.640	▲ 5%	▲ 6%	2.067.209	▲ 12%	▲ 6%	1.843.187
Obrigações fiscais	346.416	▲ 58%	▲ 1%	219.552	▼ -59%	▲ 1%	538.795
Provisões trabalhistas e cíveis	5.716	▼ -48%	▲ 0%	10.952	▲ 170%	▲ 0%	4.056
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.163.385	▲ 547%	▲ 3%	179.868	▼ -51%	▲ 0%	369.960
Passivo de contrato	3.782.726	▲ 18%	▲ 11%	3.193.893	▲ 87%	▲ 9%	1.710.383
Fornecedores - Risco Sacado	537.233	▲ 186%	▲ 2%	187.773		▲ 1%	
Instrumentos financeiros derivativos					▼ -100%		936.027
Outras obrigações	274.161	▲ 12%	▲ 1%	244.602	▲ 89%	▲ 1%	129.223
Total do passivo circulante	10.039.249	▲ 33%	▲ 30%	7.545.988	▲ 24%	▲ 21%	6.069.785
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	7.535.494	▼ -14%	▲ 22%	8.788.702	▲ 14%	▲ 24%	7.733.799
Tributos diferidos	132.773		▲ 0%		▼ -100%		114.050
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	138.365	▲ 40%	▲ 0%	98.567	▲ 35%	▲ 0%	73.047
Fornecedores LP	2.503	▼ -94%	▲ 0%	42.324	▲ 182%	▲ 0%	14.987
Provisões para passivos ambientais e desativação	681.783	▲ 13%	▲ 2%	605.167	▲ 14%	▲ 2%	531.046
Provisão para perdas em investimentos	8.128.989	▼ -8%	▲ 24%	8.808.268	▲ 111%	▲ 24%	4.168.120
Passivo de contrato	213.609	▼ -8%	▲ 1%	232.789	▼ -19%	▲ 1%	287.074
Outras obrigações							
Total do passivo não circulante	16.833.517	▼ -9%	▲ 50%	18.575.817	▲ 44%	▲ 51%	12.922.123
Patrimônio líquido							
Capital social integralizado	7.473.980	▼ 0%	▲ 22%	7.473.980	0%	▲ 21%	7.473.980
Reservas de capital	(2.224.035)	▼ 1851%	▼ -7%	127.042	0%	▲ 0%	127.042
Reservas de lucros	1.494.796	▼ -54%	▲ 4%	3.240.661	▼ -1%	▲ 9%	3.273.934
Outros resultados abrangentes	(64.615)	▼ -89%	▼ 0%	(572.569)	▲ 225%	▼ -2%	(176.259)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	6.680.126	▼ -35%	▲ 20%	10.269.114	▼ -4%	▲ 28%	10.698.697
Participação dos acionistas não controladores							
Total do patrimônio líquido	6.680.126	▼ -35%	▲ 20%	10.269.114	▼ -4%	▲ 28%	10.698.697
	682		▲ 0%	-			-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.553.574	▼ -8%	▲ 100%	36.390.919	▲ 23%	▲ 100%	29.690.605

¹ A análise vertical examina a composição de um relatório financeiro em um único período. Cada item é apresentado como uma porcentagem do ativo ou passivo da companhia, de acordo com sua respectiva classificação.

² A análise horizontal compara os resultados financeiros ao longo de diferentes períodos. Ela destaca tendências e mudanças significativas, permitindo avaliar o desempenho e a evolução da empresa ao longo do tempo

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa da Companhia diminuiu 41,6% ou R\$6.314 milhões, de R\$15.186 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$8.872 milhões, em 31 de dezembro de 2025. Foram gerados R\$1.894 milhões nas atividades operacionais, R\$5.719 milhões aplicados nas atividades de financiamento e R\$2.482 milhões aplicados nas atividades de investimento.

Aplicações Financeiras

O saldo de aplicações financeiras da Companhia aumentou 30,1%, ou R\$4 milhões, de R\$14 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$18 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi devido principalmente a atualização monetária das aplicações.

Contas a Receber

O saldo de contas a receber da Companhia aumentou 27,1%, ou R\$ 408 milhões, passando de R\$ 1.507 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.915 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse incremento decorre, principalmente, do forte desempenho comercial no período, marcado por volumes recordes de vendas, com o terceiro trimestre atingindo o maior volume da série histórica e o quarto trimestre registrando o melhor volume para um quarto trimestre, aliado ao aumento dos preços do minério de ferro no mesmo intervalo.

Estoques

O saldo de estoques da Companhia, considerando os montantes circulante e não circulante, totalizou R\$ 2.899 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 14,2%, ou R\$ 249 milhões, em relação aos R\$ 2.539 milhões registrados em 31 de dezembro de 2024. No ativo circulante, os estoques apresentaram crescimento de 6,1%, passando de R\$ 778 milhões para R\$ 825 milhões, reflexo da recomposição dos níveis operacionais ao longo do período. Já no ativo não circulante, o aumento foi mais significativo, de 17,7%, com o saldo passando de R\$ 1.761 milhões para R\$ 2.074 milhões, impulsionado principalmente pelo reconhecimento de estoques de longo prazo, incluindo volumes de itabirito destinados à utilização futura.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar da Companhia aumentou de R\$ 352 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 656 milhões em 31 de dezembro de 2025, um crescimento de R\$ 304 milhões. No circulante, o saldo passou de R\$ 71 milhões para R\$ 105 milhões, enquanto no não circulante avançou de R\$ 282 milhões para R\$ 551 milhões. Esse

aumento decorre principalmente da geração de créditos vinculados ao avanço das obras dos projetos de expansão.

Outros Ativos

O saldo de outros ativos, circulantes e não circulantes, totalizou R\$ 802 milhões em 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 814 milhões no final de 2024, representando uma leve redução de R\$ 12 milhões no período. No ativo circulante, o saldo aumentou de R\$ 277 milhões para R\$ 350 milhões, um avanço de 26,1%, refletindo principalmente maiores valores a recuperar e adiantamentos operacionais. No não circulante, os outros ativos recuaram de R\$ 537 milhões para R\$ 452 milhões, uma redução de 15,8%, associada ao andamento dos processos de compensação e realização de ativos de longo prazo.

Passivo

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, totalizou R\$ 9.186 milhões em 31 de dezembro de 2025, uma redução de R\$ 942 milhões em relação aos R\$ 10.129 milhões registrados em 2024. Essa variação resulta, principalmente, da amortização de principal no valor de R\$ 2.105 milhões e do pagamento de encargos financeiros de R\$ 661 milhões, compensados parcialmente por captações no montante de R\$ 1.981 milhões realizadas ao longo do exercício. A variação cambial também contribuiu para a redução do saldo, com impacto negativo de R\$ 816 milhões no período.

Fornecedores

O saldo de passivos com fornecedores da Companhia totalizou R\$ 2.174 milhões em 31 de dezembro de 2025, ligeiramente acima dos R\$ 2.110 milhões registrados em 2024, um aumento de R\$ 64 milhões no período. O valor bruto de fornecedores passou de R\$ 2.141 milhões para R\$ 2.188 milhões, enquanto o ajuste ao valor presente reduziu-se de R\$ 32 milhões para R\$ 14 milhões. A variação observada reflete a dinâmica normal das operações e do nível de compras do exercício.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar da Companhia de R\$180 milhões, deliberados em reunião do conselho de administração e apresentados em 27 de dezembro de 2024, serão pagos até 31 de dezembro de 2025.

Tributos a recolher

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar totalizou R\$ 1.163 milhões em 31 de dezembro de 2025, comparado aos R\$ 180 milhões registrados em 31 de dezembro de 2024, refletindo o aumento decorrente das distribuições aprovadas pelo Conselho de Administração ao longo do exercício. As deliberações envolveram dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, dos quais parte foi liquidada no decorrer de 2025, enquanto o montante remanescente permanece registrado no passivo e será liquidado até 31 de dezembro de 2026.

Outras obrigações

O saldo de outras obrigações, circulante e não circulante, totalizou R\$ 488 milhões em 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 478 milhões registrados em 31 de dezembro de 2024. A elevação reflete principalmente o aumento do saldo circulante, que passou de R\$ 245 milhões para R\$ 274 milhões, impulsionado por maiores valores de participação sobre o lucro dos empregados e pelo reconhecimento de instrumentos financeiros derivativos. O saldo não circulante apresentou redução de R\$ 233 milhões para R\$ 214 milhões, em função da amortização de arrendamentos e da diminuição de tributos parcelados. As variações observadas refletem a dinâmica regular das operações da Companhia ao longo do exercício.

Discussão e análise das principais contas patrimoniais da Companhia comparação entre as posições em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

	31/12/2024	AV¹	AH²	31/12/2023	AV¹
ATIVO					
Ativo Circulante	17.832	49,0%	37,3%	12.988	44%
Caixa e equivalentes de caixa	15.186	41,7%	55,0%	9.796	33%
Aplicações Financeiras	14	0,0%	11,6%	12	0%
Contas a receber	1.507	4,1%	-12,0%	1.713	6%
Estoques	778	2,1%	-16,9%	936	3%
Tributos a recuperar	71	0,2%	-69,0%	228	1%
Outros ativos circulantes	277	0,8%	-8,4%	303	1%
Ativo Não Circulante	18.559	51,0%	11,1%	16.703	56%
Estoques	1.761	4,8%	24,7%	1.412	5%
Tributos a recuperar	282	0,8%	-3,3%	291	1%
Outros ativos não circulantes	537	1,5%	383,8%	111	0%
Tributos diferidos	144	0,4%	0,0%	-	0%
Investimentos	1.774	4,9%	12,5%	1.577	5%
Imobilizado	9.705	26,7%	8,3%	8.959	30%
Intangível	4.357	12,0%	0,1%	4.353	15%
TOTAL DO ATIVO	36.391	100,0%	22,6%	29.691	100,0%

PASSIVO					
Passivo Circulante	7.546	20,7%	24,3%	6.070	20,4%
Empréstimos e financiamentos	1.340	3,7%	201,0%	445	1,5%
Obrigações sociais e trabalhistas	102	0,3%	9,8%	93	0%
Fornecedores	2.067	5,7%	12,2%	1.843	6%
Obrigações fiscais	220	0,6%	-59,3%	539	2%
Provisões trabalhistas e cíveis	11	0,0%	170,0%	4	0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	180	0,5%	-51,4%	370	1%
Adiantamento de clientes	3.194	8,8%	86,7%	1.710	6%
Fornecedores - Risco Sacado e Forfaiting	188	0,5%	0,0%	-	0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	-100,0%	936	3%
Outras obrigações	245	0,7%	89,3%	129	0%
Passivo Não Circulante	18.576	51,0%	43,8%	12.922	44%
Empréstimos e financiamentos	8.789	24,2%	13,6%	7.734	26%
Tributos diferidos	-	0,0%	-100,0%	114	0%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	99	0,3%	34,9%	73	0%
Fornecedores LP	42	0,1%	182,4%	15	0%
Provisões para passivos ambientais e desativaç	605	1,7%	14,0%	531	2%
Provisão para perdas em investimentos	-	0,0%	0,0%	-	0%
Adiantamento de clientes LP	8.808	24,2%	111,3%	4.168	14%
Outras obrigações	233	0,6%	-18,9%	287	1%
Patrimônio Líquido	10.269	28,2%	-4,0%	10.699	36%
Capital social integralizado	7.474	20,5%	0,0%	7.474	25%
Reservas de capital	127	0,3%	0,0%	127	0%
Reservas de lucros	3.241	8,9%	-1,0%	3.274	11%
Outros resultados abrangentes	(573)	-1,6%	224,8%	(176)	-1%
TOTAL DO PASSIVO	36.391	100,0%	22,6%	29.691	100,0%

¹ A análise vertical examina a composição de um relatório financeiro em um único período. Cada item é apresentado como uma porcentagem do ativo ou passivo da companhia, de acordo com sua respectiva classificação.

² A análise horizontal compara os resultados financeiros ao longo de diferentes períodos. Ela destaca tendências e mudanças significativas, permitindo avaliar o desempenho e a evolução da empresa ao longo do tempo

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentou 55,0% ou R\$5.390 milhões, de R9.796 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$15.186 milhões, em 31 de dezembro de 2024. Foram gerados R\$11.757 milhões nas atividades operacionais, R\$1.764 milhões aplicados nas atividades de financiamento e R4.594 milhões aplicados nas atividades de investimento.

Aplicações Financeiras

O saldo de aplicações financeiras da Companhia aumentou 11,6%, ou R\$1,4 milhão, de R\$12 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$14 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi devido principalmente a atualização monetária das aplicações.

Contas a Receber

O saldo do contas a receber da Companhia diminuiu 12%, ou R\$206 milhões, de R\$1.713 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$1.504 milhões em 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição foi devida, principalmente, a redução no preço de vendas do minério de ferro ocorridas ao longo do ano de 2024.

Estoques

O saldo de estoques da Companhia, circulante e não circulante, aumentou 8,1%, ou R\$191 milhões, de R\$2.348 milhões, em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.539 milhões em 31 de dezembro de 2024. No ativo circulante houve uma redução devido principalmente aos volumes de produção e venda praticados no ano. No ativo não circulante o aumento foi devido, principalmente, ao reconhecimento de R\$349 milhões do estoque de itabirito.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar da Companhia, circulante e não circulante, diminuiu 32,1%, ou R\$167 milhões, de R\$519 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$352 milhões, em 31 de dezembro de 2024. Essa redução faz parte da estratégia de aproveitamento de créditos fiscais da Companhia.

Outros Ativos

O saldo de outros ativos, circulantes e não circulantes, da Companhia, aumentou 97,9% ou R\$ 400 milhões, de R\$414 milhões para R\$814 milhões em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido, principalmente ao adiantamento realizado com a Controladora CSN para despesas corporativas compartilhadas a serem compensadas de R\$ 546 milhões.

Passivo

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, aumentou 23,8%, ou R\$1.950 milhões, de R\$8.179 milhões, em 31 de dezembro de 2023 para R\$10.129 milhões, em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi devido principalmente pela variação cambial ocorrida no ano impactando em R\$ 1.760 milhões.

Fornecedores

O saldo de passivos com fornecedores, circulante e não circulante, da Companhia aumentou 13,5% ou R\$251 milhões, de R\$1.858 milhões, em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.110 milhões, em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento está em linha com o fluxo normal das atividades operações no período.

Dividendos e juros de capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros de capital próprio a pagar da Companhia de R\$180 milhões, deliberados em reunião do conselho de administração e apresentados em 27 de dezembro de 2024, serão pagos até 31 de dezembro de 2025.

Tributos a recolher

O saldo de tributos a recolher, circulante e não circulante da Companhia reduziu 59,3% ou R\$ 277 milhões, de R\$539 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 220 milhões em 31 de dezembro de 2024. Essa redução se deve, principalmente, a diminuição no lucro tributável em função das operações ocorridas durante o ano de 2024.

Outras obrigações

O saldo de outras obrigações, circulante e não circulante, da Companhia aumentou em 14,7% ou R\$61 milhões, de R\$416 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$477 milhões em 31 de dezembro de 2024, devido, principalmente, devido ao reconhecimento de despesas de honorários advocatícios no montante de R\$70 milhões, relacionados aos processos que ainda estão em curso.

Discussão e Análise das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia Comparação entre os períodos sociais encerrados em 31 de dezembro 2025 e 2024

	31/12/2025	A.H. ⁽¹⁾	A.V. ⁽¹⁾	31/12/2024	A.H. ⁽¹⁾	A.V. ⁽¹⁾	31/12/2023
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais	1.894	▼-84%	▼-30%	11.757	▲469%	▲218%	2.066
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimentos	(5.719)	▲224%	▲91%	(1.764)	▲0%	▼-33%	(1.763)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	(2.482)	▼-46%	▲39%	(4.594)	▼0%	▼-85%	(4.594)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes	(7)	▼-15%	▲0%	(8)	0%	▼0%	(8)
Aumento (diminuição) no caixa e títulos e valores mobiliários	(6.314)	▼-217%	▲100%	5.390	▼-225%	▲100%	(4.299)

Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia gerou R\$ 1.894 milhões de caixa líquido em suas atividades operacionais, em comparação aos R\$ 11.757 milhões registrados no exercício anterior. A redução decorre, principalmente, do consumo de caixa associado ao aumento dos ativos operacionais, com destaque para elevação de contas a receber no montante de R\$ 418 milhões, aumento de estoques de R\$ 360 milhões e maior volume de impostos a recuperar no valor de R\$ 304 milhões. Além disso, as variações nos passivos operacionais consumiram R\$ 1.254 milhões, influenciadas pelos pagamentos de juros de R\$ 661 milhões, menores obrigações tributárias e redução nos adiantamentos de clientes.

Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimentos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aplicou R\$ 5.719 milhões de caixa líquido nas atividades de investimento, valor superior aos R\$ 1.764 milhões aplicados no exercício anterior. O aumento decorre, principalmente, da aquisição de participação em controladas, coligadas ou joint ventures no montante de R\$ 3.350 milhões, além da elevação dos desembolsos com ativos imobilizados e intangíveis, que totalizaram R\$ 2.365 milhões no período.

Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aplicou R\$ 2.482 milhões em suas atividades de financiamento, em comparação aos R\$ 4.594 milhões aplicados no exercício anterior. A variação decorre, principalmente, do pagamento do principal de empréstimos no montante de R\$ 2.105 milhões, dos desembolsos referentes a dividendos, que totalizaram R\$ 1.514 milhões, e do pagamento de R\$ 769 milhões a título de juros sobre capital próprio. Esses efeitos foram parcialmente compensados

pelas captações de empréstimos e financiamentos realizadas no período, que somaram R\$ 1.981 milhões.

Discussão e Análise das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia Comparação entre os períodos sociais encerrados em 31 de dezembro 2024 e 2023

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	AH²
Caixa Líquido (aplicados) gerado pelas atividades operacionais	11.757	8.246	(585)	43%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.764)	(1.209)	(1.538)	46%
Caixa líquidos (aplicados) gerado pelas atividades de financiamentos	(4.594)	(3.734)	(2.099)	23%
Variação Cambial s/ caixa e equivalentes	(8)	3	-5	n.a
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	5.390	3.306	(4.227)	63%

Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia gerou em suas operações R\$ 11.757 milhões de caixa líquido, um aumento de 42,6% ou R\$3.510 milhões em relação a 2023, em que a Companhia gerou caixa líquido de R\$8.246 milhões de suas atividades operacionais. Esse aumento foi devido, principalmente, ao recebimento de adiantamentos de clientes no montante de R\$6.441 milhões, devido ao recebimento de operações derivativas de 42 milhões, compensados parcialmente pelo pagamento antecipado a fornecedores no montante de R\$ 523 milhões

Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimentos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aplicou R\$1.764 milhões de caixa líquido nas atividades de investimento, uma redução de 45,9%, ou R\$555 milhões, em relação ao mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023, em que a Companhia aplicou caixa líquido de R\$ 1.209 milhões na aquisição de ativos imobilizado (CAPEX).

Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aplicou em suas atividades de financiamento R\$4.594 milhões de caixa líquido, um aumento de 23,0% ou R\$860 milhões, em relação ao mesmo período de 2023, em que a Companhia aplicou caixa líquido de R\$3.734 milhões. Essa variação refere-se, principalmente ao pagamento de dividendos no montante de R\$3.560 milhões, e R\$ 767 milhões referente a Juros sobre capital próprio e outras variações relevantes refere-se ao montante R\$ 84 milhões pagamentos e captação de empréstimos.

Discussão e Análise das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia Comparação entre os períodos sociais encerrados em 31 de dezembro 2023 e 2022

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado	31/12/2023	31/12/2022	AH²
Caixa Líquido (aplicados) gerado pelas atividades operacionais	8.246	(585)	n/a
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.209)	(1.538)	-27%
Caixa líquidos (aplicados) gerado pelas atividades de financiamentos	(3.734)	(2.099)	44%
Variação Cambial s/ caixa e equivalentes	3	-5	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.306	(4.227)	n/a

Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aplicou em suas operações

R\$ 8.246 milhões de caixa líquido, um aumento de R\$8.831 milhões em relação a 2022, em que a Companhia gerou caixa líquido de R\$585 milhões de suas atividades operacionais. Esse aumento foi devido, principalmente, ao recebimento de clientes no montante de R\$5.098 milhões devido ao crescimento de vendas no período de 2023 e diminuição de IR e CSLL é relativo a compensação de imposto e mudança de critério de apuração, e uma redução do caixa R\$ 794 milhões por hedge de fluxo de caixa e outros ganhos e perdas em ativos e passivos operacionais.

Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimentos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aplicou R\$1.209 milhões de caixa líquido nas atividades de investimento, uma redução de 21%, ou R\$329 milhões, em relação ao mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que a Companhia aplicou caixa líquido de R\$ 1,538 milhões na aquisição de ativos imobilizado (Capex).

Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aplicou em suas atividades de financiamento R\$3.734 milhões de caixa líquido, um aumento de R\$1.635 milhões, em relação ao mesmo período de 2022, em que a Companhia gerou caixa líquido de R\$2.099 milhões. Essa variação refere-se, principalmente ao pagamento de dividendos no montante de R\$ 3.546 milhões, e R\$ 307 milhões referente a Juros sobre capital próprio e outras variações relevantes refere-se ao montante R\$ 260 milhões pagamentos e captação de empréstimos.

2.2. Os diretores devem comentar

a) resultados das operações da Companhia

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é parte de um grupo altamente integrado da cadeia produtiva do aço, atuando, principalmente, na extração e comercialização de minério de ferro. A Companhia também possui participações em ferrovias e terminais portuários.

A Companhia comercializou em 2023, 2024 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, cerca de 42,7 milhões, 42,6 milhões e 45,8 milhões de toneladas de minério de ferro, respectivamente.

A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial a China. Nos últimos anos, a China foi o país com a maior demanda internacional por minerais e metais, direcionando os preços globais para o minério de ferro.

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025 o mercado chinês manteve a demanda global por minério de ferro no mercado transoceânico apresentada em 2024. A Ásia representou 88%, 83% e 87%, respectivamente, do volume das vendas de minério de ferro exportado da Companhia no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 o mercado chinês manteve a demanda global por minério de ferro no mercado transoceânico apresentada em 2023. A Ásia representou 83%, 87% e 78%, respectivamente, do volume das vendas de minério de ferro exportado da Companhia no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 o mercado chinês manteve a demanda global por minério de ferro no mercado transoceânico apresentada em 2022. A Ásia representou 87%, 78% e 72%, respectivamente, do volume das vendas de minério de ferro exportado da Companhia no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pela receita bruta, que é proveniente da comercialização de minério de ferro no mercado interno e externo e deduzida dos impostos sobre as vendas no mercado interno

As tabelas a seguir demonstram a receita líquida consolidada da Companhia:

	31/12/2025	A.H.	31/12/2024	A.H.	31/12/2023
No Brasil	1.928	8,8%	1.772	-13,1%	2.038
No exterior	16.471	9,3%	15.070	-12,1%	17.153
Faturamento Bruto	18.399	9,2%	16.842	-12,2%	19.191
Tributos incidentes sobre vendas	(364)	10,2%	(330)	6,1%	(311)
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(10)	-31,4%	(15)		
Deduções	(374)	8,4%	(345)	10,9%	(311)
Receita Líquida	18.025	9,3%	16.497	-12,6%	18.880

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As maiores fontes de receitas da Companhia provêm da extração e comercialização de minério de ferro. Assim, o nível de atividade econômica brasileira e mundial tem forte influência nos seus resultados.

A Companhia comercializa insumos utilizados em produtos siderúrgicos. Dessa forma, um dos fatores de influência nos resultados é o ritmo de crescimento da economia doméstica e internacional, em especial dos setores mais intensivos no uso de aço, como automotivo, linha branca e construção civil. Esses setores são influenciados diretamente pela disponibilidade e custo de crédito ao consumidor. As decisões de política macroeconômica, como o patamar de taxa de juros, ou que afetam o crédito, como impostos e outros mecanismos, são permanentemente acompanhadas. O impacto de obras de infraestrutura também é um fator importante, seja relacionado a eventos especiais ou ao crescimento de setores produtivos, como petrolífero ou construção civil, obras de investimento em infraestrutura, entre outros.

Os resultados da Companhia também são influenciados diretamente pelo balanço de oferta e demanda mundial de minério de ferro, bem como pelo custo do combustível utilizado para transportar o minério de ferro comercializado pela Companhia. A maior parcela da receita líquida da Companhia é referente à comercialização de minério de ferro no mercado externo, efetuada principalmente para a Ásia, em especial a China.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os preços de minério de ferro, medidos pelo índice Platts IODEX 62% Fe CFR China, apresentaram oscilações relevantes nos últimos exercícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o preço médio foi de US\$ 119,75/dmt. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o preço médio apurado foi de US\$ 109,44/dmt, representando uma variação negativa de 8,6% em relação ao período anterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o preço médio registrado foi de US\$ 102,36/dmt, correspondendo a uma redução de 6,5% frente a 2024.

A maior parte das vendas da Companhia provém das exportações de minério de ferro, portanto, atrelada a demandas internacionais. O componente cambial é o fator crítico para determinação da competitividade de custos e determinação da receita.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida atingiu R\$ 18.025 milhões, um crescimento de 9,3% em relação ao mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento decorre, principalmente, do maior volume de vendas realizado no período, compensado parcialmente pelo menor preço médio do minério de ferro, que passou para US\$ 102,36/dmt em 2025. Como resultado dessas condições de mercado e da taxa média de câmbio de R\$ 5,5879/US\$ no período, a receita líquida unitária em 2025 foi de US\$ 60,71/ton, comparada aos US\$ 70,54/ton registrados no exercício anterior.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida atingiu R\$16.496 milhões, 13% inferior em relação àquela registrada no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa redução foi devida, principalmente, pela forte queda no preço do minério. Com isso, a receita líquida unitária em 2024 foi de US\$ 70,54/ ton comparado com US\$ 80,30/ ton do ano anterior.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida atingiu R\$18.880 milhões, 42% superior em relação àquela registrada no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento foi devido, principalmente, da combinação do forte aumento de volume registrado no período com preço médio mais alto. Com isso, a receita líquida unitária em 2023 foi de US\$ 80,30/ ton comparado com US\$ 72,92/ ton do ano anterior.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Na data deste Formulário de Referência, parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos.

Como citado no item (a)(ii) deste item 2.2, os preços dos combustíveis e do transporte ferroviário influenciam diretamente os resultados da Companhia.

Além dos insumos produtivos, outro fator importante é o preço de equipamentos e serviços, uma vez que a Companhia tem uma carteira substancial de projetos de investimento.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros. Os recursos financeiros disponíveis são parte aplicados em fundos de investimentos operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos com rendimento pré-fixados e com liquidez imediata. Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. Além disso, a Companhia também aplica parcela de seus recursos financeiros no exterior em Time Deposits com taxas pré-fixadas.

A dívida está atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e SOFR (Taxa de juros flutuante).

Em 31 de dezembro de 2025 cerca de 98% da dívida estava atrelada a taxa de Juros flutuante (TJLP, CDI, SOFR e SOFR 6M).

Em 31 de dezembro de 2024 cerca de 36% da dívida estava atrelada a taxa de Juros flutuante (TJLP e CDI) em comparação com os 39% em 31 de dezembro 2023.

A Companhia também está exposta ao risco da taxa de câmbio sobre seus empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. A Companhia possui dívida em moeda estrangeira e moeda nacional, pré e pós fixada.

Em 31 de dezembro de 2025, 38,98% da dívida era denominada em reais, e os demais 61,02% denominados em dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2024, 36,5% da dívida era denominada em reais, e os demais 63,5% denominados em dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2023, 40,22% da dívida era denominada em reais, e os demais 59,78% denominados em dólar norte-americano.

A exposição cambial líquida consolidada no período encerrado em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em US\$ mil)	(Valores em US\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	878.459	1.908.755	1.848.526
Contas a receber	182.223	201.259	254.135
Aplicação financeira	382.883	257.096	
Empréstimos e financiamentos	(1.066.297)	(1.082.288)	(1.064.061)
Fornecedores	(67.586)	(8.753)	(28.481)
Outros	(7.044)	(79.262)	(6.045)
Exposição Cambial Bruta Natural (ativo - passivo)	302.638	1.196.807	1.004.074
Instrumentos derivativos	815.611	999.507	837.900
Exposição cambial líquida	1.118.249	2.196.314	1.841.974

A Companhia também é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, poder de compra da população, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil.

A tabela a seguir apresenta alguns indicadores brasileiros nas datas ou períodos indicados.

Indicador	2025	2024	2023
Crescimento (retração) real do PIB	2,31%	3,40%	2,90%
SELIC	14,15%	12,25%	11,75%
IPCA	4,90%	4,83%	4,62%
TLJP (média)	7,63%	6,89%	7,05%
TAXA DI (média)	14,00%	10,83%	13,21%
SOFR	5,30%	4,49%	5,38%
Taxa de câmbio - Final do período - R\$ por US\$ 1	5,5024	6,1923	4,8419
Taxa de câmbio - média período - R\$ por US\$ 1	5,5879	5,392	4,9953
valorização do R\$ em relação a US\$	-11,1%	27,9%	-7,2%
Taxa de desemprego	5,60%	6,60%	7,80%

Fontes: FGV, IBGE, Banco Central do Brasil e Bloomberg.

Inflação e Taxas de Juros

De acordo com o IBGE, a inflação medida pelo IPCA foi de 4,90%, 4,83% e, 4,62% respectivamente, em 2025, 2024 e 2023.

Parcela substancial dos custos e despesas da Companhia, especialmente os custos com salários por conta de acordos coletivos, utilidades e serviços públicos, aluguéis e despesas gerais e administrativas, é ajustada de acordo com o índice de inflação oficial brasileiro.

A Companhia também está exposta a riscos associados a taxas de juros, notadamente com relação às despesas com empréstimos e financiamentos de longo prazo. A inflação afeta a liquidez financeira e as fontes de recursos financeiros da Companhia, principalmente ao expor a Companhia ao risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa resultante dos empréstimos e financiamentos a taxas flutuantes. Adicionalmente, empréstimos e financiamentos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo, na medida em que o valor justo de empréstimos e financiamentos varia em razão das variações das taxas de juros praticadas no mercado. Taxas de juros elevadas também podem impactar as despesas com captação e com endividamento da Companhia, resultando em aumento das despesas financeiras da Companhia. Tal aumento pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações pecuniárias na medida em que reduz suas disponibilidades. Descompassos entre as taxas contratadas para os ativos e as contratadas para passivos e/ou elevada volatilidade nas taxas de juros podem resultar em perdas financeiras para a Companhia.

Historicamente, as medidas tomadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação incluíram a adoção de uma política monetária rígida com taxas de juros elevadas, consequentemente limitando a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. A taxa de juros oficial no Brasil ao final de 2025, 2024 e 2023, conforme estabelecida pelo COPOM, foi de 14,15%, 12,25% e 11,75%, respectivamente. Eventuais aumentos nas taxas de juros brasileiras no futuro podem afetar negativamente a lucratividade e os resultados operacionais da Companhia como resultado de, dentre outros, aumento das despesas associadas ao financiamento das atividades da Companhia.

2.3. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, foram:

- Alteração à IAS 21 – Falta de permutabilidade/CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: estabelece orientações específicas para a mensuração e divulgação de transações e saldos em moeda estrangeira quando não há taxa de câmbio observável em razão da falta de permutabilidade entre moedas, definindo critérios para estimativa da taxa de câmbio aplicável nessas circunstâncias; e,
- OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO): orientação aplicável ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão

(allowances) e instrumentos semelhantes, quando relevantes, à luz das Normas IFRS já emitidas.

Em relação aos pronunciamentos supracitados, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar o reconhecimento, a mensuração ou a divulgação de suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026 são:

- IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, no curto, médio e longo prazo, que possam afetar os fluxos de caixa, o acesso a financiamento e o custo de capital da entidade. A Companhia utilizará o alívio de adoção inicial previsto no Apêndice C da CBPS 01 – Disposições Transitórias e divulgará as informações em conformidade com a norma a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027.
- IFRS S2/CBPS 02 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionadas ao clima e que impactam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. O principal impacto previsto para tal adoção é a conexão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima já divulgados ao mercado por meio de outros relatórios com as demonstrações financeiras e suas respectivas projeções. A adoção datará do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2026, e a Companhia encontra-se em estágio intermediário de implementação do referido pronunciamento.
- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: introduzem esclarecimentos específicos sobre a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais e sobre o desreconhecimento de passivos financeiros, além de ampliar os requisitos de divulgação aplicáveis a determinados instrumentos financeiros.
- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos de eletricidade dependentes da natureza: esclarecem o tratamento contábil aplicável a contratos de compra e venda de eletricidade cujo volume ou preço esteja vinculado a fatores naturais, como condições climáticas.
- IAS 21 – Tradução para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária: esclarece os critérios para tradução das demonstrações financeiras quando a moeda funcional pertence a uma economia hiperinflacionária e a entidade apresenta suas informações em moeda distinta.

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

- IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro: As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros.
- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas: As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;
- IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos.
- IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: estabelece novos requisitos para a apresentação e divulgação da Demonstração do Resultado, substituindo os atuais requisitos de apresentação previstos no IAS 1. A norma introduz princípios aprimorados de agregação, desagregação e classificação das informações, além de exigir a divulgação, em nota explicativa, de medidas de desempenho definidas pela administração que atendam aos critérios estabelecidos, com o objetivo de aumentar a comparabilidade e a transparência das demonstrações financeiras. Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que os principais impactos potenciais estejam relacionados à apresentação do resultado, a possíveis reflexos na Demonstração do Fluxo de Caixa e à ampliação das divulgações em nota explicativa, incluindo a conciliação de medidas como o EBITDA ajustado. A adoção ocorrerá para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027, e a Companhia já iniciou o projeto de implementação da norma.
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: estabelece um conjunto de requisitos de divulgação reduzidos aplicável a subsidiárias elegíveis que não possuem responsabilidade pública, mantendo a aplicação integral dos demais requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas Normas IFRS. A Companhia adotará a norma no exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027, conforme previsto em normativo aplicável.

Não foram identificados outros impactos que não os acima mencionados no que tange o reconhecimento, mensuração e divulgação contábeis da Companhia na data-base e nos exercícios subsequentes.

Reforma tributária brasileira: A Emenda Constitucional 132/2023 e parcialmente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, introduziu profundas mudanças no

sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Reforma tributária internacional: Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. O Grupo adotou essas emendas, tendo em vista que a receita consolidada está acima do limite mínimo de 750.000 de euros.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
Sem ressalvas.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.
Sem ressalvas.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Sem ressalvas.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 e 2023, não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 17 de outubro de 2024, por meio de reunião do Conselho da Administração, a Companhia Siderúrgica Nacional, controladora da CSN Mineração, aprovou a Proposta Não Vinculante com a Itochu Corporation para a venda de participação minoritária de até 11% da Companhia, por um preço por ação de R\$7,50.

Em 05 de novembro de 2024, em nova reunião do Conselho da Administração, foi deliberada a aprovação da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações para a venda de 589.304.801 ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço unitário de R\$ 7,50 por ação, no montante de R\$ 4.419.786, que será pago à vista pela Itochu Corporation à CSN na data de transferências das Ações. Após aprovação da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a Itochu Corporation faz parte do Acordo de Acionistas da Companhia, aditado em 06 de novembro de 2024, sem alteração dos direitos das partes de tal acordo. A partir do dia 12 de novembro de 2024, a CSN passa a deter 3.785.474.692 ações ordinárias de emissão da Companhia, alcançando a participação direta de 69,01% e a Itochu Corporation passa a deter 589.304.801 ações ordinárias de emissão da Companhia alcançando a participação direta de 10,74% e indireta de 9,26% através da Japão Brasil Minério de Ferro Participações LTDA.

A Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2024, os Programas de Recompra de Ações, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos da Resolução CVM nº 77/2022, descritos abaixo:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Saldo de ações em tesouraria
4 °	28/06/2024	100.000.000	de 28/06/2024 a 19/12/2025	R\$ 6,0497	R\$5,2798 e R\$ 7,1162	53.294.300	(3)	53.294.297
						53.294.300	(3)	53.294.297

O Programa de Recompra de Ações, nos termos da Resolução CVM nº 77/2022, aprovado em 28 de junho de 2024 pelo Conselho de Administração, consiste em:

- Recompra de até 100.000.000 ações;
- Vigência do programa de 28 de junho de 2024 a 19 de dezembro de 2025;
- Preço de aquisição não poderá ser superior ao de cotação na Bolsa de Valores;
- Operações de recompra intermediadas por instituições financeiras habilitadas;

Em 17 de outubro de 2024, a Companhia, aprovou em reunião do Conselho da Administração, o cancelamento de três ações de emissão própria mantidas em tesouraria, sem alteração do valor do capital social da controlada em decorrência do cancelamento de ações. Portanto o capital social da Companhia passou a ser dividido em 5.485.338.835 ações.

Em 21 de novembro de 2025, a Companhia aprovou o programa de alienação de ações mantidas em tesouraria, com as seguintes características:

- Alienação de até 53.294.297 ações;
- Vigência do programa de 24 de novembro de 2025 a 21 de maio de 2027;

- Preço de alienação: As operações de alienação serão realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a preço de mercado.
- Operações de alienação intermediadas por instituições financeiras habilitadas.

Em dezembro de 2025, a CMIN adquiriu 11,17% de participação societária na MRS detida por sua controladora CSN, em uma transação de capital entre entidades do mesmo grupo econômico, passando a deter 29,91% do capital total da MRS. A transação foi realizada pelo preço total de R\$ 3.350.000 já pagos pela CMIN e o investimento foi registrado pelo mesmo valor contábil anteriormente reconhecido na Controladora CSN no total de R\$ 998.922. O montante pago que excedeu esse valor, no total de R\$ 2.351.078, não representa ganho ou perda realizado para o Grupo e, portanto, foi reconhecido no Patrimônio Líquido da Companhia.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve introdução ou alienação de participação societária da Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 e 2023, a Companhia não participou ou realizou eventos ou operações não usuais que tenham afetado ou que os diretores da Companhia entendam que possam afetar de forma relevante as demonstrações financeiras ou os resultados da Companhia.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. valor das medições não contábeis

Em R\$ Milhão	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA	6.674	6.111	7.070
EBITDA ajustado	(226)	(181)	(152)

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

Em R\$ Milhão	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício - Consolidado	1.650	4.528	3.569
(+) Resultado financeiro líquido	2.563	(782)	1.230
(+) imposto de renda e contribuição social	799	1.221	1.238
(+) Depreciação, amortizações e exaustões	1.270	1.144	1.033
EBITDA	6.282	6.111	7.070
(-) Resultado de equivalência	(226)	(181)	(152)
(-) Outras receitas/(despesas) operacionais	392	(34)	946
	6.448	5.896	7.864

c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

As medidas não contábeis elaboradas e utilizadas pela Companhia são o EBITDA e o EBITDA Ajustado. A Companhia acredita que as medidas não contábeis apresentadas

nesta seção representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis constantes deste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre o desempenho operacional e resultados financeiros da Companhia. O EBITDA é uma medida não contábil elaborada de acordo com a Resolução da CVM nº 156/2022. A Companhia considera o EBITDA Ajustado como sua principal medida não contábil pelo fato do EBITDA ser afetado por diversos itens, tais como provisões, doações e eventuais despesas de natureza não-recorrente que, por fim, distorcem as análises do desempenho operacional.

EBITDA

O EBITDA é a medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social e as depreciações e amortizações.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado é a principal medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, as depreciações e amortizações e as outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Até a data de emissão das Demonstrações Financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que pudessem afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

	2025	2024	2023
a) Regras sobre retenção de lucros	Segundo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do	Segundo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do	Segundo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do

exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido do exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que não excederá a 20% do capital social. Nos termos do artigo 29, o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações será: (i) o dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas; (ii) um dividendo adicional equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, subtraindo-se os valores que forem retidos com base em orçamento de capital deverá ser distribuído aos acionistas; (iii) o valor do saldo que	exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido do exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que não excederá a 20% do capital social. Nos termos do artigo 29, o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações será: (i) o dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas; (ii) um dividendo adicional equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, subtraindo-se os valores que forem retidos com base em orçamento de capital deverá ser distribuído aos acionistas; (iii) o valor do saldo que	exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido do exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que não excederá a 20% do capital social. Nos termos do artigo 29, o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações será: (i) o dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas; (ii) um dividendo adicional equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, subtraindo-se os valores que forem retidos com base em orçamento de capital deverá ser distribuído aos acionistas; (iii) o valor do saldo que
--	--	--

	não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que (a) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado; e (b) a Reserva de Investimentos não poderá exceder a totalidade do capital social da Companhia	não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que (a) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado; e (b) a Reserva de Investimentos não poderá exceder a totalidade do capital social da Companhia	não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que (a) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado; e (b) a Reserva de Investimentos não poderá exceder a totalidade do capital social da Companhia
a.i) Valores de Retenções de Lucros	Para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 16 de abril de 2026, foi apurado lucro líquido no montante de R\$1.649.647.103,96, sendo referido lucro destinado da seguinte forma	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2025, foi apurado lucro líquido no montante de R\$4.527.718.935,85, sendo referido lucro destinado da seguinte forma	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2024, foi apurado lucro líquido no montante de R\$3.568.737.041.46, sendo referido lucro destinado da seguinte forma
	(i) R\$2.277.606,25 para reserva legal;	(i) R\$226.385.947,00 para reserva legal;	(i) R\$147.514.880,91 para reserva legal;
	(ii) R\$1.387.657.454,40 para distribuição aos acionistas a título de:	(ii) R\$2.375.000.000,00 para distribuição aos acionistas a título de	(ii) R\$1.401.391.368,66 para distribuição aos acionistas a título de
	(ii.a) R\$411.842.374,43 a	dividendos antecipados e,	dividendos;

	título de dividendos mínimos obrigatórios (ii.b)	R\$125.200.854,24 a título de Juros sobre o capital próprio.	
	R\$780.959.505,15 a título de dividendos adicionais (ii.c)	R\$194.855.574,82 a título de juros sobre capital próprio	
	(iii) R\$259.712.043,31 para Reserva de Investimentos.	(iii) R\$1.801.132.143,43 para Reserva de Investimentos.	(iii) R\$1.401.391.368,66 para Reserva de Investimentos.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os percentuais das retenções em relação ao lucro total ajustado declarado foram os seguintes: (i) 0,1% foram destinados à reserva legal; (ii) 15,8% foram destinados à Reserva de Investimentos; e (iii) 84,1% foram destinados a título de dividendos e juros sobre capital próprio adicionais.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os percentuais das retenções em relação ao lucro total ajustado declarado foram os seguintes: (i) 5,00% foram destinados à reserva legal; (ii) 39,8% foram destinados à Reserva de Investimentos; e (iii) 39,3% foram destinados a título de dividendos adicionais.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os percentuais das retenções em relação ao lucro total ajustado declarado foram os seguintes: (i) 5,00% foram destinados à reserva legal; (ii) 48,0% foram destinados à Reserva de Investimentos; e (iii) 36,0% foram destinados a título de dividendos adicionais
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social: (i) no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por	De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social: (i) no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por	De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social: (i) no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por

Ações; (ii) um dividendo adicional equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, subtraídos os valores que forem retidos com base em orçamento de capital; (iii) o valor do saldo que não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado à Reserva de Investimentos (conforme detalhado acima), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral; e (iv) qualquer valor não alocado conforme os incisos acima será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais. Além disso, a Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima, nos termos do artigo 9º, §7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, bem como, nos termos dos artigos 29 e 31 do Estatuto	Ações; (ii) um dividendo adicional equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, subtraídos os valores que forem retidos com base em orçamento de capital; (iii) o valor do saldo que não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado à Reserva de Investimentos (conforme detalhado acima), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral; e (iv) qualquer valor não alocado conforme os incisos acima será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais. Além disso, a Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima, nos termos do artigo 9º, §7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, bem como, nos termos dos artigos 29 e 31 do Estatuto	Ações; (ii) um dividendo adicional equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, subtraídos os valores que forem retidos com base em orçamento de capital; (iii) o valor do saldo que não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado à Reserva de Investimentos (conforme detalhado acima), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral; e (iv) qualquer valor não alocado conforme os incisos acima será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais. Além disso, a Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima, nos termos do artigo 9º, §7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, bem como, nos termos dos artigos 29 e 31 do Estatuto
---	---	---

	Social Companhia.	da	Social Companhia.	da	Social Companhia.	da
c) periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia não possui uma periodicidade formalizada da distribuição de dividendos, fora o que está descrito no Capítulo VII no Estatuto Social da Companhia e das Leis da S.A.	não	A Companhia não possui uma periodicidade formalizada da distribuição de dividendos, fora o que está descrito no Capítulo VII no Estatuto Social da Companhia e das Leis da S.A.	não	A Companhia não possui uma periodicidade formalizada da distribuição de dividendos, fora o que está descrito no Capítulo VII no Estatuto Social da Companhia e das Leis da S.A.	não
d)Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por	A Companhia é parte do Pre-export Financing Agreement, celebrado com o JPMorgan Chase Bank, N.A., das Escrituras de suas 1ª e 2ª Emissões de Debêntures e do Contrato de Compra e Venda de Minério de Ferro com a empresa Glencore International AG, os quais vedam a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras		A Companhia é parte do Pre-export Financing Agreement, celebrado com o JPMorgan Chase Bank, N.A., das Escrituras de suas 1ª e 2ª Emissões de Debêntures e do Contrato de Compra e Venda de Minério de Ferro com a empresa Glencore International AG, os quais vedam a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras		A Companhia é parte do Pre-export Financing Agreement, celebrado com o JPMorgan Chase Bank, N.A., das Escrituras de suas 1ª e 2ª Emissões de Debêntures e do Contrato de Compra e Venda de Minério de Ferro com a empresa Glencore International AG, os quais vedam a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras	

	distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente à época de sua respectiva celebração, ou caso a Companhia não esteja (i) descumprindo com, ou resulte em descumprimento de, qualquer de suas obrigações de pagamento estabelecidas em tais contratos; e (ii) descumprindo a obrigação de manutenção de índice financeiro prevista nos contratos.	distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente à época de sua respectiva celebração, ou caso a Companhia não esteja (i) descumprindo com, ou resulte em descumprimento de, qualquer de suas obrigações de pagamento estabelecidas em tais contratos; e (ii) descumprindo a obrigação de manutenção de índice financeiro prevista nos contratos.	distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente à época de sua respectiva celebração, ou caso a Companhia não esteja (i) descumprindo com, ou resulte em descumprimento de, qualquer de suas obrigações de pagamento estabelecidas em tais contratos; e (ii) descumprindo a obrigação de manutenção de índice financeiro prevista nos contratos.
Regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não houve.	Não houve.	Não houve.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão	Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía política de destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía política de destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía política de destinação de resultados.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia possui compromissos firmes de venda futura de minério de ferro com seus acionistas, que em 31 de dezembro de 2025 são os seguintes:

Em R\$ Milhão	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
2026	3.720	3.592
2027	3.225	3.121
2028	2.877	2.770
Após 2029	1.777	1.703
	11.598	11.186

Os compromissos com obrigações de compra futura decorrem, principalmente, de contratos de serviços de transporte ferroviário e de marketing e desenvolvimento de mercado. Os compromissos de pagamentos mínimos futuros referentes às obrigações futuras de compras são os seguintes, para a data de 31 de dezembro de 2025.

Em R\$ Milhão	Consolidado e Controladora
	31/12/2025
2026	1.244
2027	120
Após 2027	368
	1.733

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

A Companhia não espera efeitos relevantes de operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 que

possam vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, o resultado financeiro ou quaisquer outros itens das informações contábeis.

b) natureza e o propósito da operação

Para uma descrição sobre a natureza e propósito dessas operações, vide itens 2.8 e 3.2 deste Formulário de Referência.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Para uma descrição do montante das operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, vide item 2.8 deste Formulário de Referência.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2025, os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$2.365 milhões, em especial pelo avanço do projeto de Itabirito P15, projetos de otimização da planta central com objetivo de aumentar a produtividade e qualidade do minério através de uma maior recuperação do ferro, renovação da frota e equipamentos de mina, medidas para manutenção da segurança de nossas barragens de rejeitos, projetos de sustentabilidade, manutenção e investimentos correntes nas unidades (incluindo o porto em Itaguaí), além de investimentos nos demais projetos em expansão, Fase 60 do Tecar e desenvolvimento de engenharia para os projetos de recuperação de rejeitos das barragens.

Investimentos previstos:

Projetos de Expansão:

A Companhia possui dois grandes blocos de Projetos de Expansão, os quais planeja executar ao longo dos próximos anos, conforme abaixo:

Projetos 1ª Fase: Investimento de R\$13,2 bilhões com incremento de volume de produção de 23,6Mtpa até 2030:

- Projetos de Recuperação de Rejeitos de Barragens (Processamento de Rejeito de Pires, Barragem B4 e Casa de Pedra)
- Planta de Recuperação de Ultrafinos
- Planta de Itabirito P15 e Planta P4
- Porto - Fase 60 Mtpa

Detalhe dos Projetos de Expansão:

- I. Projetos de Recuperação de Rejeitos das Barragens (Processamento de Rejeito de Pires, Barragem B4 e Casa de Pedra): expansões brownfield que gerarão valor através da recuperação de 180 milhões de toneladas de rejeito

hoje estocado nas barragens, como parte do seu programa de descaracterização.

- II. Planta de Recuperação de Ultrafinos: recuperação de lama da planta central, que hoje vai para o rejeito, num baixo custo operacional. Estima-se que tal projeto propiciará um acréscimo de produção de 1 milhão de toneladas por ano
- III. Projetos de Itabirito (Itabirito P15, Planta P4+, Itabirito P28 Mascate, Conversão da Planta Central e Itabirito P28 Esmeril): mix de expansões brownfield e greenfield, todos projetos com tecnologia conhecida e investimento por tonelada competitivos para produção de pellet feed premium com baixo grau de impurezas e alto teor de ferro (inclusive pellet feed de redução direta).
- IV. Projetos de Expansão do TECAR: investimentos brownfield para suportar as expansões de capacidade de produção de minério descritas acima. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão acréscimo de capacidade operacional do TECAR (embarque de 60 milhões de toneladas por ano).

No entendimento da Companhia, tais números não se tratam de projeções da Companhia, mas tão somente o limite de produção de suas instalações próprias em decorrência da execução de seu Plano de Negócios anunciado e não há expectativa concreta de que o volume de produção da Companhia efetivamente atingirá 65 milhões de toneladas por ano até 2030, pela natural incerteza do negócio de minério de ferro quando observado em prazos tão longos. Para informações sobre as estimativas de produção da Companhia, vide o item 3.1 do Formulário de Referência da Companhia.

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode impactar os investimentos correntes expostos à variação cambial, como, por exemplo, a aquisição de frota de grande porte, reposição de alguns itens de sobressalentes e equipamentos para automação da mina. Entretanto, dos investimentos em expansão, somente uma pequena parte sofreria impacto em caso de flutuação significativa nas taxas de câmbio. O risco da valorização cambial é mitigado pelo hedge natural existente com a venda de minério de ferro que é integralmente denominada em dólar norte-americano.

Ademais, em função da volatilidade do mercado, cenários de alta de inflação, oscilações no preço do minério de ferro e detalhamento dos projetos focando na redução dos riscos e maximização dos retornos dos projetos, a Companhia revisou, no final do ano passado, seu plano de expansão, priorizando a execução de projetos mais imediatos e em estágios mais avançados, frisando que não houve mudança de escopo, mas sim uma otimização e atualização de cronogramas e valores.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações e os investimentos acima a partir de uma combinação de recursos decorrentes (i) de suas atividades operacionais; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há planejamento de desinvestimentos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 2.8(a)(i) acima.

c) novos produtos e serviços, indicando (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, em razão de não haver previsão de novos produtos ou serviços no plano de negócios da Companhia.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Sem comentários.

ANEXO II

Destinação do Lucro Líquido

(conforme artigo 10º, parágrafo único, inciso I, da RCVM 81/22, na forma do Anexo A da referida resolução)

Data-Base: 31.12.2025

Destinação do lucro líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia apurou lucro no valor de R\$1.649.647.103,96 (um bilhão, seiscentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e três reais e noventa e seis centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A proposta da administração contempla a distribuição aos acionistas, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, de R\$ 1.387.657.454,40 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), dos quais:

- O montante de R\$424.205.733,68 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, duzentos e cinco mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos), foi pago aos acionistas, a título de dividendos intercalares conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de novembro de 2025. O montante corresponde a R\$0,07809320 bruto por ação.
- O montante de R\$30.857.684,64 (trinta milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), foi pago aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de novembro de 2025. O montante corresponde a R\$0,00568068 bruto por ação.
- O montante de R\$163.997.890,18 (cento e sessenta e três milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa reais e dezoito centavos), foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de dezembro de 2025, tendo tal montante sido imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. O montante corresponde a R\$ 0,00568068 bruto por ação e será pago até 31 de dezembro de 2026.
- Adicionalmente, o montante de R\$ 768.596.145,90 será submetido à destinação na Assembleia Geral Ordinária. O montante corresponde a R\$ 0,14149298 bruto por ação e será pago até 31 de dezembro de 2026. O valor dos dividendos por ação é estimado e poderá sofrer variação em razão de eventual alteração do número de ações em tesouraria. Com a entrada em vigor da Lei nº 15.270/2025, os dividendos previstos acima passam a estar sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte: (i) à alíquota de 10% (dez por cento), para acionistas pessoa física domiciliados no Brasil que tenham a receber, no mesmo mês, valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos

do art. 6º-A da Lei nº 9.250/1995; e (ii) à alíquota de 10% (dez por cento), para acionistas não residentes no Brasil, conforme art. 10, §4º, da Lei nº 9.249/1995.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A partir do Lucro Líquido auferido em 2025, foi distribuído 84,2%, dos quais: (a) 25% (vinte e cinco pontos percentuais) de dividendos mínimos obrigatórios (de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76); (b) 47,4% (quarenta e sete ponto quatro pontos percentuais) de dividendos adicionais; e, (c) 11,8% (onze ponto oito pontos percentuais) de Juros sobre o capital próprio.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Houve distribuição de lucros a partir da reserva de investimentos constituída em exercícios anteriores.

Dos dividendos antecipados, foram distribuídos R\$ 1.349.712.043,31 (um bilhão, trezentos e quarenta e nove milhões, setecentos e doze mil, quarenta e três reais e trinta e um centavos), o montante corresponde a R\$ 0,24847220 bruto por ação. No que tange aos Juros sobre Capital Próprio, foram distribuídos R\$ 658.142.315,36 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e quinze reais e trinta e seis centavos), o montante corresponde a R\$ 0,12115923 bruto por ação. Tais distribuições foram realizadas com base em reservas de investimentos constituídas a partir de lucros apurados em exercícios anteriores.

Assim, o montante total distribuído aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio alcançou R\$ 2.007.854.358,67 (dois bilhões, sete milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

4. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O montante de R\$ 768.596.145,90 será submetido à destinação na Assembleia Geral Ordinária. O montante corresponde a R\$ 0,14149298 bruto por ação e será pago até 31 de dezembro de 2026. O valor dos dividendos por ação é estimado e poderá sofrer variação em razão de eventual alteração do número de ações em tesouraria. Com a entrada em vigor da Lei nº 15.270/2025, os dividendos previstos acima passam a estar sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte: (i) à alíquota de 10% (dez por cento), para acionistas pessoa física domiciliados no Brasil que tenham a receber, no mesmo mês, valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do art. 6º-A da Lei nº 9.250/1995; e (ii) à alíquota de 10% (dez por cento), para acionistas não residentes no Brasil, conforme art. 10, §4º, da Lei nº 9.249/1995.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Caso aprovado, o dividendo adicional será pago, sem atualização monetária, por meio de crédito bancário, e o pagamento será efetuado até 31 de dezembro de 2026, no domicílio bancário fornecido pelo acionista ao Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações escriturais da Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração do pagamento dos dividendos será a data da AGOE, qual seja, 16 de abril de 2026. Assim, os dividendos, caso aprovados, serão distribuídos de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 do dia 16 de abril de 2026 (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esse dia (inclusive), e as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos a partir do dia 17 de abril de 2026.

5. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Em 04 e novembro de 2025, o Conselho aprovou, por unanimidade de votos, como antecipação ao dividendo mínimo obrigatório e sem atualização monetária, a distribuição de: (a) R\$424.205.733,68 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, duzentos e cinco mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos) a título de dividendos intercalares à conta de lucro apurado em balanço levantado em 30 de setembro de 2025, correspondendo a R\$ 0,07809320 bruto por ação; e (b2) R\$ 30.857.684,64 (trinta milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) à conta de lucro apurado em balanço levantado em 30 de setembro de 2025, correspondendo ao montante total de R\$0,08818043 bruto por ação.

Em 26 de dezembro de 2025, o Conselho aprovou, por unanimidade de votos, como antecipação ao dividendo mínimo obrigatório e sem atualização monetária, a distribuição de R\$163.997.890,18 (cento e sessenta e três milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa reais e dezoito centavos) a título de pagamento pela Companhia de juros sobre o capital próprio, à conta de lucro apurado em balanço levantado em 30 de novembro de 2025, correspondendo ao montante total de R\$ 0,03019082 bruto por ação.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os dividendos e juros sobre capital próprios declarados em 04 de novembro de 2025 foram pagos em 19 de novembro de 2025. Os juros sobre capital próprio deliberados em 26 de dezembro de 2025 serão pagos até 31 de dezembro de 2026.

6. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido do Exercício	R\$ 1.649.647.103,96	R\$ 4.527.718.935,67	R\$ 3.568.737.041,00	R\$ 2.950.297.618,23
Média ponderada da quantidade de ações	5.432.044.538	5.470.598.498	5.485.505.505	5.555.187.506
Lucro líquido por ação excluídas ações em tesouraria (em reais) - desdobramento	R\$ 0,3037	R\$ 0,8276	R\$ 0,6506	R\$ 0,5378

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2025	2024	2023	2022
Valor global dos dividendos distribuídos	R\$ 2.542.513.922,89	R\$ 3.560.040.694,06	R\$ 2.914.981.881,00	R\$ 1.401.391.368,00
Valor dos dividendos por ação (em reais) - desdobramento	R\$ 0,468058	R\$ 0,650759	R\$ 0,531397	R\$ 0,255479
Juros sobre capital próprio	R\$ 852.997.890,18	R\$ 714.679.743,30	R\$ 714.679.743,30	R\$ 769.479.044,31

7. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal;

O montante de R\$2.277.606,25 (dois milhões, duzentos e setenta e sete mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos) foi destinado para reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido apurado foi aplicado o percentual de 5% para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social, na forma do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

8. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

A Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

“Artigo 29º. Do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (“Lucro Líquido Ajustado”):

(i) o dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas;

(ii) outros 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado serão destinados da seguinte forma: retenção do valor previsto em orçamento de capital e o saldo, se houver, deverá ser distribuído aos acionistas;

- (iii) *o valor do saldo do Lucro Líquido Ajustado, após as destinações previstas em (i) e (ii) acima, deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos (“Reserva de Investimentos”), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que (a) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado; e (b) a Reserva de Investimentos não poderá exceder a totalidade do capital social da Companhia; e*
- (iv) *qualquer valor não alocado conforme previsto nos incisos (i) a (iii) deste Artigo 29º, ou conforme previsto nos artigos 195, 195-A, e 197 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais.*

Parágrafo único. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório foi integralmente pago.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não haverá retenção.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não haverá retenção.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não haverá retenção.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não haverá retenção.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não haverá destinação para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não haverá destinação para reserva de contingências.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não haverá destinação para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não haverá destinação para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não haverá destinação para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não haverá destinação para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

“Artigo 29º. Do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (“Lucro Líquido Ajustado”):

- (i) o dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas;*
- (ii) outros 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado serão destinados da seguinte forma: retenção do valor previsto em orçamento de capital e o saldo, se houver, deverá ser distribuído aos acionistas;*
- (iii) o valor do saldo do Lucro Líquido Ajustado, após as destinações previstas em (i) e (ii) acima, deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos (“Reserva de Investimentos”), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que (a) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado; e (b) a Reserva de Investimentos não poderá exceder a totalidade do capital social da Companhia; e*
- (iv) qualquer valor não alocado conforme previsto nos incisos (i) a (iii) deste Artigo 29º, ou conforme previsto nos artigos 195, 195-A, e 197 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais.*

Parágrafo único. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.”

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante de R\$ 259.712.043,31 (duzentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e doze mil, quarenta e três reais e trinta e um centavos) foi destinado para reserva estatutária.

c. Descrever como o montante foi calculado

Do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 1.649.647.103,96 (um bilhão, seiscentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e três reais e noventa e seis centavos), foi deduzida a reserva legal de R\$ 2.277.606,25 (dois milhões, duzentos e setenta e sete mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 0,1%, resultando em lucro líquido ajustado de R\$ 1.647.369.497,71 (um bilhão, seiscentos e quarenta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos). Sobre esse montante, foram destinados R\$ 411.842.374,43 (quatrocentos e onze milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos), equivalentes a 25%, como dividendos mínimos obrigatórios; R\$ 216.986.799,61 (duzentos e dezesseis milhões, novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos), correspondentes a 13,2%, conforme artigo 29 (ii) do estatuto social; R\$563.972.705,54 (quinhentos e sessenta e três milhões, novecentos e setenta e dois mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), equivalentes a 34,2%, como dividendos

adicionais; e R\$ 194.855.574,82 (cento e noventa e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), correspondentes a 11,8%, como juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 1.387.657.454,40 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) distribuídos aos acionistas, o que representa 84,2% do lucro líquido ajustado. O valor restante, de R\$ 259.712.043,31 (duzentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e doze mil, quarenta e três reais e trinta e um centavos), equivalente a 15,8%, foi destinado a reserva de lucros.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não haverá retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não haverá retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

Não haverá destinação para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não haverá destinação para reserva de incentivos fiscais

ANEXO III

Informações sobre a Remuneração dos Administradores

(conforme item 8 do Anexo C da RCVM nº 80/22)

Data-Base: 31.12.2025

8 – Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser localizado

A Companhia não dispõe de uma política de remuneração formalizada. Entretanto, adota práticas remuneratórias que têm por objetivos:

- (i) Alinhar os interesses dos administradores e colaboradores aos da Companhia;
- (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar administradores e colaboradores na condução sustentável dos negócios, observados os limites de risco adequados;
- (iii) oferecer remuneração baseada em critérios que diferenciem o desempenho, permitindo o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- (iv) assegurar padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, o nível de dedicação e a competitividade em relação ao mercado de trabalho de referência, estabelecendo diretrizes para a definição de eventual remuneração e benefícios concedidos aos administradores e colaboradores.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

(i) órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos casos em que a remuneração da administração é fixada em montante global pela Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração proceder à respectiva alocação entre seus membros e os integrantes da Diretoria. Cabe, ainda, ao Presidente do Conselho de Administração estabelecer a remuneração da Diretoria Estatutária, em observância às práticas descritas no item 8.1.a.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São conduzidos estudos de remuneração com base em análises comparativas de mercado, realizados por consultorias especializadas. A metodologia adotada segue o modelo Korn Ferry (Hay), utilizando painéis setoriais e intersetoriais como base de benchmarking. Os estudos consideram, entre outros critérios, avaliação estruturada de cargos, complexidade organizacional e competitividade de mercado, com abrangência nacional.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

Conforme a necessidade, são submetidos à apreciação do Presidente do Conselho de Administração estudos técnicos voltados à avaliação das práticas remuneratórias e, quando aplicável, à proposição de eventuais ajustes, assegurando aderência às diretrizes de governança, competitividade de mercado e consistência interna.

c. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários mensais, fixados em reunião do próprio órgão, com o objetivo de assegurar a compatibilidade da remuneração com as atribuições inerentes à função.

Como regra geral, os conselheiros recebem valores equivalentes, podendo o Conselho deliberar valores diferenciados quando houver exercício de funções específicas ou responsabilidades adicionais.

Os membros do Conselho de Administração que também fazem parte do Comitê de Auditoria, recebem um valor diferenciado devido ao exercício de duas funções.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Diretoria Estatutária

A remuneração anual global dos membros da Diretoria Estatutária é composta por: remuneração fixa, consistente em honorários mensais, com a finalidade de assegurar compatibilidade com as responsabilidades do cargo; e

*Bônus: A Companhia pode eventualmente atribuir remuneração extra estruturada, em função do reconhecimento de trabalhos específicos ou projetos, e está atrelada usualmente ao honorário nominal ou eventualmente a outra forma de remuneração

compatível com o resultado esperado do correspondente objetivo ou projeto atribuídas ao Diretor Estatutário.

Além disso, os Diretores Estatutários fazem jus a benefícios, incluindo Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar e check-up anual.

Diretoria Não-Estatutária

Os integrantes da Diretoria Não Estatutária fazem jus à percepção de remuneração fixa, bem como a benefícios diretos e indiretos, observadas as disposições da legislação trabalhista vigente.

A remuneração fixa é composta por salário mensal nominal, férias remuneradas e décimo terceiro salário, em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, tendo como objetivo assegurar a adequada compatibilidade entre as responsabilidades inerentes às funções exercidas e os níveis de remuneração praticados pela Companhia.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar e Check Up Anual.

Conselho Fiscal

- Remuneração Fixa

Quando instalado o Conselho Fiscal, os membros do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração mensal nos termos da determinação legal, especificamente o § 3º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária, no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

- Benefícios diretos e indiretos

Os membros em exercício do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus exclusivamente a remuneração fixa, composta por honorários mensais definidos pelo Conselho de Administração, de modo a assegurar adequação às responsabilidades da função.

Os membros do Comitê de Auditoria não fazem jus a remuneração variável.

(ii) **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:**

A prática de remuneração da Companhia tem como objetivo assegurar que os níveis de remuneração estejam competitivos em relação ao mercado, de forma a atrair, reter e

engajar talentos essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo.

(iii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A composição dos elementos da remuneração total nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 observa-se os seguintes parâmetros:

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, a remuneração é composta exclusivamente por parcela fixa, a qual representa 100% da remuneração total.

No caso da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária, a remuneração total é, em regra, composta integralmente por remuneração fixa. Em situações específicas, a remuneração total poderá ser estruturada com a combinação de remuneração fixa e variável, podendo, por exemplo, corresponder à proporção de 50% de remuneração fixa e 50% de remuneração variável, ou a outra proporção que se mostre mais adequada às atribuições do cargo e às condições negociadas individualmente entre o executivo e a Companhia.

(iv) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

O pró-labore do Conselho de Administração é pago em 12 parcelas mensais, não havendo definição prévia de política de reajuste.

Diretoria Estatutária

O pró-labore da Diretoria Estatutária é pago em 12 parcelas mensais, além da possibilidade de pagamento de bônus, conforme mencionada no item 8.1.c(i).

Os elementos da remuneração são estabelecidos em contrato individual de cada Diretor Estatutário no início do mandato, podendo ser renegociados mediante comum acordo entre as partes.

Diretoria Não Estatutária

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração fixa mensal, adicional de férias e décimo terceiro salário, nos termos da legislação aplicável, bem como a benefícios diretos e indiretos.

O reajuste da remuneração é definido com base em referências e variações praticadas no mercado executivo.

Comitê de Auditoria

O pró-labore dos membros do Comitê de Auditoria é pago em 12 (doze) parcelas mensais, não havendo definição prévia de política de reajuste.

(v) principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores da Companhia são estruturados de forma a refletir a geração de valor sustentável e o alinhamento às estratégias corporativas (compatível com as responsabilidades inerentes a cada cargo, o respectivo nível de dedicação exigido e demais fatores considerados pertinentes) bem como a competitividade frente ao mercado de referência.

Com o fortalecimento da agenda ESG na Companhia, existe internamente a possibilidade de realização de estudos para o desenvolvimento e evolução de indicadores relacionados a esse tema, com potencial vinculação à remuneração, reforçando o compromisso com a sustentabilidade, a perenidade dos resultados e a criação de valor no longo prazo.

(vi) razões que justificam a composição da remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

DIRETOR ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração de bônus atrelada aos resultados da empresa.

DIRETOR NÃO ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

COMITÊ DE AUDITORIA: remuneração fixa com base na prática de mercado.

(vii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato
Não há.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	0	12
Nº de membros remunerados	7	5	0	12
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.944.740,20	11.357.798,63	0,00	14.302.538,84
Benefícios direto e indireto	0	166.537,92	0,00	166.537,92
Participações em comitês	941.670,00	0	0	941.670,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	20.609.574,72	0,00	20.609.574,72
Participação de resultados	0	0	0	0,00
Participação em reuniões	0,00	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0,00	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				0,00
Pós-emprego	0	723.712,69	0,00	723.712,69
Cessação do cargo	0	0	0	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0

Observação	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".	¹ O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".		
	Remuneração dos administradores (seção 8)" do OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP.	Remuneração dos administradores (seção 8)" do OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP.		
		Obs: Valores não incluem encargos		
Total da remuneração	3.886.410,20	32.857.623,97	0,00	36.744.034,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	5	0	6
Nº de membros remunerados	2	4	0	6
Remuneração fixa anual				0,00
Salário ou pró-labore	432.000,00	5.480.821,28	0,00	5.912.821,28
Benefícios direto e indireto	0	116.414,13	0,00	116.414,13
Participações em comitês	180.000,00	0	0	180.000,00
Outros	0,00	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0
Remuneração variável				0

Bônus	0	4.472.308,71	0,00	4.472.308,71
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0,00	0	0	-
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	431.397,60	0,00	431.397,60
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em a��es (incluindo opções)	0	0,00	0,00	0,00
Observa��o	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".	¹ O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".		
	Obs: Valores não incluem encargos	Obs: Valores não incluem encargos		
Total da remunera��o	612.000,00	10.500.941,72	0,00	11.112.941,72

Remunera��o total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administra��o	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N�� total de membros	7	5	0	12
N�� de membros remunerados	2	4	0	6
Remunera��o fixa anual				0,00

Salário ou pró-labore	432.000,00	6.338.934,40	0,00	6.770.934,40
Benefícios direto e indireto	0	87.437,60	0,00	87.437,60
Participações em comitês	180.000,00	0	0	180.000,00
Outros	0,00	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0
Remuneração variável				0
Bônus	0	8.221.872,79	0,00	8.221.872,79
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0,00	0	0	-
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	406.454,48	0,00	406.454,48
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em a��es (incluindo opções)	0	0,00	0,00	0,00
Observa��o	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.8".	1O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.8".		
	Remunera��o dos administradores (se��o 8)" do OFÍCIO-CIRCULAR/ANUA	Remunera��o dos administradores (se��o 8)" do OFÍCIO-CIRCULAR/ANUA		

	L-2026-CVM/SEP.	L-2026-CVM/SEP.		
	Obs: Valores não incluem encargos	Obs: Valores não incluem encargos		
Total da remuneração	612.000,00	15.054.699,27	0,00	15.666.699,27

--

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais
--

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	0	12
Nº de membros remunerados	2	4	0	6
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	432.000,00	5.929.232,62	0	6.361.232,62
Benefícios direto e indireto	0	87.000,43	0	87.000,43
Participações em comitês	180.000,00	0	0	180.000,00
Outros	0	0	0	-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus	0	3.677.463,32	0	3.677.463,32
Participação de resultados	0	0	0	-
Participação em reuniões	0	0	0	-
Comissões	0	0	0	-
Outros	0	0	0	-

Descrição de outras remunerações variáveis				-
Pós-emprego	0	314.119,12	0	314.119,12
Cessação do cargo	0	0	0	-
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	-
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais			
Total da remuneração	612.000,00	10.007.815,49	0	10.619.815,49

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração variável - Exercício social corrente (Previsto 2026) Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Número de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	20.609.574,72	N/A	20.609.574,72
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	17.174.645,60	N/A	17.174.645,60
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício social corrente (2025) Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	N/A	4,00	N/A	4,00
Número de membros remunerados	N/A	4,0	N/A	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	8.919.345,94	N/A	8.919.345,94
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	7.432.788,28	N/A	7.432.788,28
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	4.472.308,71	N/A	4.472.308,71
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício social (2024) Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	5	N/A	12
Número de membros remunerados	N/A	4	N/A	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	14.094.639,07	N/A	14.094.639,07
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	11.745.532,56	N/A	11.745.532,56
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	8.221.872,79	N/A	8.221.872,79
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício social corrente (2023) Valores Anuais				
	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
Número total de membros	7	5	0	12
Número de membros remunerados	N/A	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	7.198.949,40	-	7.198.949,40
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	5.999.124,50	-	5.999.124,50
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	3.677.463,32	-	3.677.463,32
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não há.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Não há.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os membros da Administração eram titulares das seguintes ações, quotas e/ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia ou de seus controladores e/ou controladas, diretas e/ou indiretas.

		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Companhia Siderúrgica Nacional	Controlador Direto	501.502	0	Não Aplicável
Rio Purus Participações S.A.	Controlador Indireto	2.401.401 ¹	0	Não Aplicável
CSN Mineração S.A.	Emissor	3.000	0	Não Aplicável

¹ Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Sr. Benjamin possuía direito a aproximadamente 1/3 (um terço) do inventário do Espólio de Dorothea Steinbruch, o que, nesta data, lhe outorgaria direito sobre (i) 1/3 (um terço) das ações ordinárias de emissão da Rio Purus Participações S.A. detidas pelo Espólio de Dorothea Steinbruch; e (ii) 1/3 (um terço) das ações ordinárias de emissão da Rio Iaco Participações S.A. detidas pelo Espólio de Dorothea Steinbruch.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia patrocina aos Diretores Estatutários o plano de previdência complementar da entidade CBS Previdência - Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional, pelo qual os participantes podem contribuir de 3% a 6% do salário nominal/honorários e a patrocinadora contribui com 100% do valor do participante.

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de Membros (1)	-	3
Nome do Plano (2)	-	Plano CBSPREV

Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	2
Condições para se aposentar antecipadamente	O benefício da aposentadoria antecipada será concedido ao participante mediante requerimento e será pago em parcelas mensais sucessivas, observadas as condições previstas no regulamento do plano que se encontra disponível no sistema interno de informação da Companhia, bem como aprovado pelo PREVIC e publicado no Diário Oficial da União, tendo seu valor inicial fixado de acordo com a opção pela forma de recebimento e o montante acumulado em seu respectivo FGB.	
Valor acumulado atualizado das contribuições até o encerramento contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 943.965,08
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 298.341,60
Possibilidade de Resgate Antecipado e condição para sua efetivação	Sim, basta estar desligado da Patrocinadora e não estar em gozo de benefícios na CBS.	

- (1) Diretores Estatutários participantes dos Planos em 31 de dezembro de 2025.
- (2) O Plano CBSPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Definida pura (sem componentes de riscos atuariais).

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal.

Valores Anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5	5	5	6,58	7	7
Nº de membros remunerados	4	4	4	2	2	2
Valor da maior remuneração(R eais)	2.217.600,00	2.131.995,51	2.778.021,92	216.000,00	216.000,00	216.000,00
Valor da menor remuneração(R eais)	508.461,44	267.311,53	157.300,00	216.000,00	216.000,00	216.000,00
Valor médio da remuneração(R eais)	1.370.205,32	1.056.489,07	1.185.846,52	216.000,00	216.000,00	367.200,00

Observação

Diretoria e Conselho de Administração	
31/12/2025	Os cálculos de remuneração para a Diretoria Estatutária e para o Conselho de Administração, contemplam o valor da remuneração fixa. Dessa forma, o valor médio da remuneração anual de cada órgão deverá corresponder à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão

	pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão
--	--

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável. Nos últimos três exercícios sociais, os únicos administradores da Companhia que eram partes relacionadas aos controladores são membros do conselho de administração que renunciaram ao recebimento de remuneração justamente em razão de serem acionistas ou representantes de acionistas.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável. Na data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia não tinham parcelas de suas remunerações suportadas por controladores, diretos ou indiretos, controladas ou sociedades sob controle comum em função do exercício do cargo de conselheiro ou diretor da Companhia. Adicionalmente, não há Conselho Fiscal instalado.

Demais remunerações recebidas por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia reconhecidas no resultado de controladora em

função do exercício de outros cargos não relacionados ao exercício do cargo membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia:
 Não há Conselho Fiscal instalado.

Exercício social 2026 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
*Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A
Controladores diretos e indiretos	R\$ 60.058.888,88	R\$ 10.381.938,15	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A
Controladores diretos e indiretos	R\$ 47.635.050,45	R\$ 5.045.727,29	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	44.083.159	3.053.84 0	-
Controladas do emissor	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-

Exercício social 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	40.115.015	3.299.68 9	-
Controladas do emissor	-	-	-

Sociedades sob controle comum	-	-	-
-------------------------------	---	---	---

8.20 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há.

Anexo IV

Informações sobre a candidata a membro do Conselho de Administração a ser eleita na Assembleia Geral Extraordinária

(conforme itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da RCVN nº 80/22)

Em atenção ao disposto no Art. 11 da RCVN 81/22, seguem abaixo as informações a respeito da candidata indicada à eleição na Assembleia Geral Extraordinária, de acordo com os itens 7.3 a 7.6 do Novo Formulário de Referência, naquilo que for aplicável.

7. Assembleia geral e administração

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Victoria Steinbruch
Data de nascimento	25/09/1992
Profissão	Economista
CPF ou número do passaporte	228.138.758-56
cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
data da eleição	Sujeito a deliberação em Assembleia
data da posse	Sujeito a deliberação em Assembleia
Data de início do primeiro mandato	Sujeito a deliberação em Assembleia
Prazo do mandato	Sujeito a deliberação em Assembleia
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não é membro independente
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	

Ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia entre 21 de janeiro de 2021 até 23 de agosto de 2024. Atualmente é Diretora Adjunta da Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), tendo ocupado, anteriormente, o cargo de Assessora da Presidência e de Gerente de Gestão de Resultados. Também ocupa os cargos de membro do Supervisory Board da Stahlwerk Thüringen GmbH, membro do Conselho de Administração da CSN Cimentos Brasil S.A., CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, CSN Captive Insurance Company LLC, Estrela Comércio e Participações S.A., FJX Transportes S.A., Lokamig Rent a Car S.A., N.Minas Transportes e Locações Ltda., Saratoga Transportes Ltda., Seminovos Lokamig Ltda., Tora Locações S.A., Tora Logística Armazéns e Terminais Multimodais S.A., Tora Recintos Alfandegados S.A., Tora Seminovos Comércio de Veículos Ltda. e Tora Transportes Ltda., dos Conselhos Deliberativos da Fundação CSN, Fundação Força e Luz e da CBS - Caixa Beneficente dos Empregados da CSN e de membro do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A., Rio Purus Participações S.A. e Rio Iaco Participações S.A. Nos últimos 5 anos também foi analista de research de investimentos internacionais da M Square. É formada em Economia pela Barnard College, Columbia University (Nova York), com Mestrado (Msc) pela London School of Economics (Londres).

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Victoria Steinbruch declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é candidata a membro do Conselho de Administração da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Companhia.				

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

Não aplicável.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.

Não aplicável.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é candidata a membro do Conselho de Administração da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001/04	
O Sr. Benjamin Steinbruch é Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é candidata a membro do Conselho de Administração da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Vicunha Aços S.A.	04.213.131/0001-08	
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A..				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é candidata a membro do Conselho de Administração da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Vicunha Steel S.A.	04.169.992/0001-36	
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A..				

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não Aplicável.

b. controlador direto ou indireto do emissor.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Vicunha Steel S.A.	04.169.992/0001-36		
Acionista Indireto			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A., que é controladora indireta da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Rio Purus Participações S.A.	60.078.060/0001-59		
Acionista Indireto			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é Diretora Superintendente da Rio Purus Participações S.A., que é controladora indireta da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Rio Iaco Participações S.A.	06.990.482/0001-50		
Acionista Indireto			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é Diretora Presidente da Rio Iaco Participações S.A., que é controladora indireta da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	33.042.730/0001-04		
Acionista Direto			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é empregada da Companhia Siderúrgica Nacional, que é controladora direta da Companhia.			

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	13.623.957/0001-36		

Prestador de serviço
Observação
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, fornecedora da Companhia e controlada da CSN.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
FJX Transportes S.A.	30.417.459/0003-18		
Prestador de serviço			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da FJX Transportes S.A., fornecedora da Companhia e controlada indireta da CSN.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			

Tora Transportes Ltda.	20.468.310/0001 -42		
Prestador de serviço			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Tora Transportes Ltda., fornecedora da Companhia e controlada indireta da CSN.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Tora Logística Armazéns e Terminais Multimodais S.A.	66.702.325/0001-24		
Prestador de serviço			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Tora Logística Armazéns e Terminais Multimodais S.A., fornecedora da Companhia e controlada indireta da CSN.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			

<u>Pessoa relacionada</u>			
Lokamig Rent a Car S.A.	16.982.779/0001-28		
Prestador de serviço			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Lokamig Rent a Car S.A., fornecedora da Companhia e controlada indireta da CSN.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo			
Administrador do emissor ou controlada			
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Tora Recintos Alfandegados S.A.	86.613.403/0001-21		
Prestador de serviço			
Observação			
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Tora Recintos Alfandegados S.A., fornecedora da Companhia e controlada indireta da CSN.			